

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

Elisa Costa Garcia

CRIATIVIDADE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: Uma revisão necessária

Florianópolis  
2020

Elisa Costa Garcia

Criatividade, Trabalho e Educação: Uma revisão necessária

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina apresentado como requisito para a obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia Orientadora: Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma.

Florianópolis

2020

Elisa Costa Garcia

Criatividade, Trabalho e Educação: Uma revisão necessária

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso Pedagogia

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

---

Prof. Jocemara Triches, Dra.  
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma, Dra.  
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Carolina Picchetti Nascimento, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Jocemara Triches, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha filha Sophia Garcia de Souza e aos meus queridos pais Neusa Costa Garcia e Pedro Henrique Garcia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de cursar Pedagogia na Universidade pública e gratuita. Aos profissionais (terceirizados da UFSC, técnicos administrativos, o pessoal da antiga lanchonete, do elefante, do Xerox, os motoristas e cobradores de ônibus e Uber, os profissionais da padaria, mercado, farmácia, etc. conhecidos e desconhecidos por mim) que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu pudesse desenvolver meus estudos. Agradeço a meus professores, todos! Que, me forneceram instrumentos teóricos e metodológicos que me possibilita olhar para a realidade concreta a fim de transforma-la. Agradeço a minha família, especialmente minha filha Sophia e companheiro Paulo Alencar de Souza por me estimular e me apoiar sempre. Às amigas, Tatiana Mendonça, Alexandra Gonçalves, Jessica Menezes, Luisa Benaduce, Thais Espindola, Carolina do Amaranto e Maria Eduarda Rachadel, pela parceria e discussões sobre a conjuntura política atual, os trabalhos que realizamos juntas, as cervejas, açaís, pães de queijo (rsrsrs). Nossas brigas, casos e questionamentos sobre tudo, sim tudo! Agradeço também, a mobilização/greve/ocupação pelos nossos direitos como mulheres trabalhadoras, alunas e futuras docentes e, claro, nossas festas, reuniões e bares. Obrigada meninas!

Agradeço imensamente a professora Eneida que generosamente me orientou e ensinou sobre pesquisa (e a possibilidade de intervenção na realidade a partir dela) contribuindo para a minha formação como trabalhadora da área da educação (tudo que eu falar sobre você, professora, não alcança tua grandeza, beleza e importância para minha formação humana, acadêmica e profissional). Agradeço também a professora Carolina Picchetti, a quem eu admiro profundamente pela forma ética com que conduz o processo de ensino-aprendizagem nas suas aulas, professora Carol você me inspira! E por fim e, igualmente importantes, aos incríveis professores, Adir Valdemar Garcia, Jocemara Triches e Astrid Becker Ávila, obrigada por ter aceitado o convite e, estar presente neste momento importante. Agradeço ao querido (muito querido) professor Jeferson Silveira Dantas que me ajudou na construção do projeto de pesquisa, e ao professor Davi Henrique de Codes, que me ensinou sobre arte, imaginação e poesia e sua importante relação com a educação.

(...) Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência (MARX, 2008).

## RESUMO

Nessa pesquisa, tivemos por objetivo geral, compreender a relação da criatividade com trabalho e educação para a formação de competências criativas nos sujeitos. Como objetivos específicos, buscamos conhecer como Educação e Trabalho são abordados na literatura sobre Economia e Indústria Criativa. Como vem ocorrendo a formação de um “novo” perfil de trabalhador e como a educação vem sendo afetada afim de, atender esta demanda? Realizamos pesquisa bibliográfica e documental. As Indústrias Criativas têm o foco primordial na criatividade, a qual é necessária para a geração da propriedade intelectual. Há uma tendência em considerar a criatividade uma *commodity*, quando se dá destaque ao seu potencial de comercialização. Em contraposição a essa visão instrumental da criatividade, as teorias que colocam o conhecimento e a criatividade como central para a nova economia, sem discutir a criatividade vinculada ao processo histórico da atividade de trabalho que humanizou o homem, discutimos na perspectiva histórico materialista que articula a criatividade o trabalho e a educação. O Mapeamento da Economia Criativa (2019) e o Plano Nacional das Indústrias Criativas (2013) apontam que as transformações de ordem tecnológica que altera a forma de produzir na atualidade, colocam em pauta a necessidade da formação de um “novo” perfil de trabalhador. A educação assume a partir dos discursos a incumbência de atender a demanda e produzir os profissionais/criativos para o mercado de trabalho. Para isso a educação passa por reformas como a reforma do ensino médio, da BNCC e de Programas que atentam contra a autonomia das universidades como o “Future-se”. Em contexto de economia globalizada aponta-se o conhecimento a criatividade e a tecnologia como essenciais para gerar desenvolvimento local e tornar-se competitivo no mercado global. Entretanto, a criatividade, o conhecimento e a riqueza produzida são apropriados privadamente e utilizado como instrumento de controle e poder, e não como meio para atingir a satisfação das necessidades humanas. Dessa forma, ao contrário as desigualdades se ampliam na “nova” economia do conhecimento, em nível local e global.

**Palavras-chave:** Criatividade, Trabalho e Educação, Indústria Criativa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA - Center for Bits and Atoms

DCMS - Department for Culture, Media and Sport

EC- Economia Criativa

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia

IC- Indústrias Criativas

MEC - Ministério da Educação

MinC - Ministério da Cultura

MIT - Media Lab, do Massachusetts Institute of Technology

PIB - Produto Interno Bruto

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Ranking das marcas em 2010

Gráfico 2 – Ranking das marcas em 2018

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ECONOMIA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS</b> .....	<b>19</b>
2.1	O surgimento do termo indústrias criativas .....	22
2.2	“Sociedade do conhecimento”, deslumbramento e as transformações na produção .....	23
2.3	Trabalho Material X Trabalho Imaterial .....	29
2.4	A criatividade na perspectiva pós-moderna e a formação de competências para o século XXI .....	34
2.5	Em busca de outra perspectiva teórica .....	41
2.5.1	Criatividade, trabalho e educação uma discussão na perspectiva historico-materialista .....	44
2.5.2	A concepção de Vigotski sobre a criatividade .....	45
2.5.2.1	Trabalho .....	48
2.5.2.2	Educação .....	57
<b>3</b>	<b>UMA REVISÃO NECESSARIA SOBRE O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E A PRODUÇÃO DE MAIS-VALOR NA ECONOMIA DO IMATERIAL</b> .....	<b>62</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>66</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em contexto de economia globalizada, teóricos do imaterial apontam o conhecimento a criatividade e a tecnologia como essenciais para gerar desenvolvimento local e tornar-se competitivo no mercado global. Como veremos a narrativa por parte desses teóricos, é de que a criatividade é um atributo individual essencial para criar produtos e/ou serviços que geram valor e por isso os holofotes se voltam para a formação do profissional criativo e resolvidor de problemas. O fenômeno criativo tem sido estudado sob diferentes abordagens, às vezes enfatizando a pessoa, ou o processo ou produtos, o ambiente, ou mesmo a interação entre duas ou mais dessas variáveis, implicando que a criatividade tem várias maneiras de ser identificada.

No Brasil, o Ministério da Cultura (MinC) criou a Secretaria da Economia Criativa com objetivo de implementar políticas culturais que fomentem a economia criativa no país. A criação da Secretaria da Economia Criativa no âmbito do Ministério da Cultura, lançou o Plano de gestão para o período de 2011 a 2014, e as iniciativas foram de institucionalização, formulação e implementação de políticas voltadas para a valorização e apoio das atividades produtivas intensivas em cultura.

Segundo o Plano<sup>1</sup>Nacional da Economia Criativa (2011-2014), a Economia Criativa é conhecida como um modelo de gestão baseado no bem intelectual, e não no industrial ou agrícola. Trata-se da economia do intangível, do simbólico, que se alimenta dos setores criativos, geradores de bens e serviços que resultam em produção de riqueza cultural, econômica e social. A Indústria Criativa é central na nova economia<sup>2</sup>, ou Economia Criativa que tem como principal insumo de produção,

---

<sup>1</sup> De acordo com o Plano, as transformações nas formas de produção, consumo e convivência social nas sociedades modernas têm no conhecimento e na criatividade sua base dinamizadora. Por isso, atributos de conhecimento e criatividade constituem fator de altíssima relevância no desenvolvimento social, econômico e político de um país.

<sup>2</sup>“Nova economia” onde o capital torna-se “intelectual”, focando-se na pessoa e em seus recursos intelectuais, bem como na capacidade de formação de redes sociais nas quais há interação, troca e circulação de conhecimentos - intelectuais, linguísticos, cognitivos etc. (BREDOW, 2016, p.16)

a criatividade e o conhecimento que geram a propriedade intelectual<sup>3</sup> e se materializam em produtos, conteúdos intangíveis e/ou serviços considerados inovadores. Partimos do pressuposto que a produção do intangível na indústria criativa relaciona-se intimamente às condições objetivas adequadas como o acesso à educação, aos bens culturais, e as tecnologias. Como veremos no capítulo 1, nas discussões feitas por teóricos do imaterial, que alegam que a sociedade do trabalho está superada e que vivemos na “sociedade do conhecimento”, parece haver ausência de elementos concretos para pensarmos sobre a realidade da atividade de trabalho e, na forma de produzir e consumir na contemporaneidade.

No Brasil, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) apresenta um discurso entusiasmado sobre a Indústria Criativa e os dados positivos na economia em relação à geração de emprego, e ao impacto do PIB criativo no PIB brasileiro. O mapeamento de 2019, realizado pela FIRJAN tem como base, dados oficiais do Ministério do Trabalho e analisa a criatividade sob duas perspectivas: áreas de atuação dos profissionais criativos e o valor de produção gerado pelos estabelecimentos criativos. O estudo identificou como se comportou a Indústria Criativa no Brasil entre 2015 e 2017, e mostrou as diferenças em relação a setores da Indústria Criativa no biênio anterior (2013 a 2015). Assim, sob a ótica da produção, mesmo em um cenário de recessão (o que levou a uma relativa estabilização da participação do PIB criativo no PIB brasileiro, 2014 a 2015), em 2017, o PIB do setor criativo representou 2,61% de toda riqueza produzida em território nacional, totalizando para a Indústria Criativa R\$ 171,5 bilhões em 2017, soma considerada expressiva (FIRJAN, 2019, p. 3).

Sobre o número de postos formais de trabalho em 2017, havia cerca de 837,2 mil profissionais, representando uma queda de 3,9% em relação aos 871 mil vínculos formais registrados em 2015. Mesmo em cenário adverso, a área de

---

<sup>3</sup> A convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO na sigla em inglês) define como propriedade intelectual “a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico”.

tecnologia e cultura, registrou expansão no número de vagas. Entre as quatro áreas criativas **consumo** (Design, Arquitetura, Moda e Publicidade & Marketing), **mídias** (Editorial e Audiovisual), **cultura** (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais), e **tecnologia** (P&D, Biotecnologia e TIC), a área de tecnologia e cultura, registrou expansão no número de vagas, apresentando desempenho superior ao do total do mercado de trabalho. O desempenho da área de tecnologia se deve a emergência da economia digital e da indústria 4.0<sup>4</sup>, as novas tecnologias alteram as relações de produção/trabalho e a lógica de geração de riqueza em função dos processos de digitalização e conectividade global que mudam a forma de consumir e produzir (FIRJAN, 2019, p.12). Assim, em um contexto de mudanças exige-se das empresas uma série de “novas gamas de competências e habilidades até então inexploradas. Esse movimento é visível na Indústria Criativa que registra alterações no perfil dos profissionais buscados pelo mercado” (FIRJAN, 2019, p. 3). No mapeamento enfatizam-se as diferenças em relação ao modelo de produção na “economia tradicional” e na Economia Criativa que tem como central as atividades das Indústrias Criativas e, os trabalhadores dessa indústria são conhecidos como “criativos”.

Diante de dados expressivos sobre as Indústrias Criativas, pretendemos discutir certos aspectos da criatividade do trabalho e da educação que não são discutidos como a expropriação do saber e a dificuldade de acesso aos bens culturais e, por isso, consideramos relevante pesquisar sobre este tema. Iniciei meus estudos sobre Economia e Indústrias Criativas, durante participação em 2017/2018 na pesquisa intitulada “Trabalho e Educação na Indústria Criativa: a base material dos intangíveis”, como bolsista de iniciação científica, estando sob a orientação da Professora Doutora Eneida Oto Shiroma. Desenvolvi relatórios de pesquisa sobre o tema Trabalho e Educação nas Indústrias Criativas em Santa Catarina. Durante os estudos sobre o tema, a ênfase na criatividade e na formação de um sujeito criativo, chamou atenção e indaguei-me sobre a concepção liberal de criatividade,

---

<sup>4</sup> Indústria 4.0 é a transição em direção de novos sistemas mediante a revolução digital. Uma característica dessa fase é a tendência à automatização das fábricas por meio de sistemas ciberfísicos. A Quarta Revolução é marcada pela nanotecnologia, neurotecnologia, robôs, inteligência artificial, biotecnologia, impressoras 3D, uso de drones, etc.

predominantemente encontrada em um viés pós-moderno. Motivada por outro entendimento, sobre o conceito de criatividade, me contrapondo não só epistemologicamente, ao viés pós-moderno, mas também, científica e politicamente a ideia liberal de criatividade, me apoio, na perspectiva teórica Histórico-Cultural desenvolvida por Vigotski (2009), porque acredito em outro projeto de formação humana o que justifica a relevância desta teoria, uma vez que o autor, não discute a criatividade só como uma capacidade cognitiva, mas, dentro de uma direção política e científica de formação de todos os sujeitos. Por isso visando à superação do capitalismo e a construção de uma sociedade livre da exploração e alienação do trabalho. desenvolvemos esta pesquisa, pois entendemos a relevância de compreender as concepções de criatividade embasam projetos de formação humana em disputa.

Entendo a criatividade como uma capacidade cognitiva comum a todos os seres humanos e não como um atributo de poucos iluminados, nem como elemento externo ao homem, mas, como característica intrínseca da sua atividade social de mediação com a natureza (o trabalho) que transformou suas funções psíquicas de elementares a superiores (do homem natural ao social), dessa forma, buscamos compreender a criatividade não limitando-a concepção naturalista/ “biologizante” e idealista/instrumental com que é discutida na Economia/Indústrias Criativas por teóricos que estudam a criatividade em perspectiva pós moderna, mas, ao contrario, buscando em seu sentido ontológico a perspectiva histórico-materialista desenvolvida por Vigotski (2009).

Visando conhecer as novas formas de organização do trabalho, tivemos por objetivo geral, compreender a relação com trabalho e a educação para a formação de competências criativas nos sujeitos, a partir da análise das teorias que defendem a Economia Criativa e Indústria Criativa e daquelas de matriz marxiana. Como objetivos específicos buscamos conhecer, a) como Educação e Trabalho são abordados na literatura sobre Economia/ Indústrias Criativas, b) Como vem ocorrendo a formação de um “novo” perfil de trabalhador e como a educação vem sendo reformada afim de, atender esta demanda. Buscando responder estas questões, na primeira etapa da pesquisa, fizemos um balanço da literatura sobre Economia e Indústrias Criativas procurando conhecer como a *Educação* e o

*Trabalho* são abordados pelos principais autores. Procuramos conhecer os principais conceitos e definições da Economia/Indústria Criativa e sua relação com educação e trabalho. Trabalhamos com artigos, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados do Portal da Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os descritores utilizados para a busca avançada foram: “economia criativa”, “indústria criativa”, educação e trabalho. Paralelamente, coletamos dados e informações sobre emprego e sobre a geração de riquezas nas Indústrias Criativas, disponibilizadas nos relatórios da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Na segunda etapa da pesquisa, buscamos compreender a concepção de criatividade, apresentada pelos chamados “teóricos do imaterial” e tratada como principal insumo nas discussões na E.C, I.C. Neste sentido, realizamos uma busca na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) em setembro de 2019, utilizamos para as buscas os descritores criatividade e trabalho; criatividade, educação e trabalho e selecionamos oito artigos das áreas de Educação, Psicologia e Administração para análise da criatividade e desenvolvimento de competências criativas.

Na terceira etapa da pesquisa, visando contrapor a perspectiva pós-moderna e liberal de criatividade, apresentada no capítulo 1 e 2, embasamos nosso estudo sobre a relação criatividade, trabalho e educação na perspectiva histórico cultural, desenvolvida por Vigotski (2009) e histórico materialista desenvolvida por Marx (1867). Em uma busca no Google acadêmico, em setembro de 2019 utilizando o descritor “Vigotski e criatividade”, encontramos 37.900 resultados e selecionamos 5 trabalhos que nos ajudam a pensar a criatividade como característica humana no processo de trabalho, aprendizagem e desenvolvimento, portanto, como uma capacidade a ser desenvolvida desde a primeira infância, e não reduzida a um fator de produção e exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista.

Para afirmar o caráter histórico da criatividade e a relação com atividade do trabalho, utilizamos como base a obra de LEV S. VIGOTSKI (2009) *Imaginação e criação na infância*, além dos cinco trabalhos selecionados, são eles: “*Onde está a criatividade?*” (PEREIRA, 1998); *Vygotsky e os processos criativos de professores ante a realidade atual* (OLIVEIRA; LIMA, 2017), *Por uma ontologia da criatividade: uma abordagem sócio-cultural* (ZORZAL; BASSO, 2001), *Vigotski: o homem cultural*

e seus processos criativos (BARROCO; TULESKI, 2007). Por entendermos a criatividade como uma capacidade cognitiva comum a todos os seres humanos e não como um atributo de poucos iluminados, nem como elemento externo ao homem, mas, como característica intrínseca da sua atividade social de mediação com a natureza (o trabalho) que transformou suas funções psíquicas de elementares a superiores (do homem natural ao social), tomamos como referencia os estudos de Vigotski (2009).

Partindo desse entendimento, embasamos nossas análises sobre o conceito de trabalho a partir de concepções teóricas dos autores Karl Marx (2013), Friedrich Engels (1999) e Jose Paulo Netto e Marcelo Braz (2006) que definem o trabalho como atividade social, intencional e objetiva de transformação da natureza.

Sobre a criatividade, o aprimoramento das técnicas, novas maquinas e a nova forma de organizar a produção, propiciou a divisão/especialização do trabalho objetivando tornar o processo de produção mais dinâmico e eficiente. O modelo de produção industrial capitalista levou a fragmentação e mecanização do processo de produção no trabalho. Do mesmo modo, no modelo contemporâneo de produção onde o trabalho intelectual ganha ênfase, inverte-se o foco para a produção do intangível e apaga-se as condições necessária e tangíveis para atividade de trabalho, mantendo a cisão corpo e mente, trabalho material x trabalho imaterial.

Nesse movimento de transformação nos modos de produzir algumas revoluções foram impulsionadas. Todas essas revoluções fazem parte de um processo histórico, que geram transformações nas formas que a educação e o trabalho assumem nos modos de produção/reprodução da vida, na sociedade capitalista. Tendenciosamente em tempos de crise econômica aparecem novas formas de apropriação e exploração do trabalho pelo capitalismo e junto com ele um novo projeto de formação do trabalhador. Essas revoluções nos meios de produção e na forma de produzir/consumir vem acompanhada por discursos deslumbrados sobre o fim do trabalho material, e segundo teóricos do imaterial, o que vale atualmente é a satisfação das necessidades de ordem estética e subjetivas. Contrapondo essa perspectiva, nos apoiaremos em críticos dessa abordagem sobre o trabalho imaterial, como Vinicius Oliveira Santos (2013) e Sergio Lessa (2009).

Dessa forma, outro ponto que discutiremos brevemente é como a ideia da produção do intangível ou imaterial aparece (descolada) na reflexão sobre a produção material de bens e serviços no discurso de autores que se situam na Economia Criativa e localizam-se na “sociedade do conhecimento” como Castells (2012); Negri (2003); Gorz (2005); Ducker (1998b); Bell (2006); Tigre (2006) que afirmam que o conhecimento constitui o fator de produção mais importante para o processo produtivo moderno do que o clássico “terra, trabalho e capital” como veremos no capítulo 2. Tentam desviar a propriedade privada, a exploração do trabalho e a apropriação privada da produção do foco das lutas pela construção de uma outra forma de organizar a sociedade. Difundem a ideia de superação do trabalho material em função das transformações nas relações de produção, ou seja, para eles a produção do intangível (trabalho imaterial) superou o trabalho nos moldes tradicionais como conhecemos. Salientamos que, os sujeitos que atuam na Economia/Indústria criativa, precisam ter suas necessidades básicas (alimentação, habitação, educação, saúde) e direitos (direitos trabalhistas, salário, férias, décimo terceiro salário, etc.) atendidos para que possam se tornar profissionais que criam, inovam e geram riquezas de ordem simbólica e material. Este fato não muda, ainda que estejamos tratando da “nova economia” e de uma “nova indústria”. Na contemporaneidade parece permanecer a visão dicotômica sobre o trabalho, só que agora a ênfase é dada ao trabalho imaterial/intelectual e não no trabalho material/físico. Nessa concepção, falta de compreensão de que há uma unidade entre o corpo (mãos, cérebro) e a mente (consciência, planejamento, etc.) que é intrínseca a atividade do trabalho seja ele de ordem imaterial ou material, nega, o caráter ontológico de desenvolvimento humano, pois, expropria-se o saber bem como os meios de produzir a vida. O ocultamento destes processos sociais reforça a alienação do homem, pois não são discutidas as necessidades de condições objetivas para a realização do trabalho na produção do imaterial, como acesso a educação pública e de qualidade, acesso a eventos e instituições culturais e, acesso as ferramentas tecnológicas, internet, etc. A perspectiva equivocada gera por parte dos teóricos do imaterial um consenso de que na contemporaneidade, os meios de trabalho não seriam privados, uma vez que, no modelo de produção pós-moderno o principal insumo é o conhecimento e a capacidade criativa e isso pertence aos

sujeitos e não ao capitalista. Como regra não se problematiza que o conhecimento e a criatividade não se dão de forma espontânea e que são necessárias condições materiais concretas para a sua realização, e que em uma sociedade desigual essas condições são negadas a uma parcela significativa da população.

## 2 ECONOMIA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

A revisão bibliográfica realizada teve por objetivo conhecer como a produção literária sobre Economia e Indústria Criativa vem abordando e discutindo educação e trabalho neste setor. O levantamento foi realizado de 2017 a 2018 nas plataformas Digitais do IBICT e Capes. Utilizando os descritores “Economia Criativa” e “Indústria Criativa” selecionamos 13 trabalhos no Portal da CAPES dos quais, oito trabalhos foram analisados e cinco trabalhos não estavam disponíveis. As Dissertações de Mestrado analisadas foram desenvolvidas nas seguintes áreas: Indústria calçadista/Moda, Arte, Áudio Visual, Games, Gestão do conhecimento, Gestão/Inovação.

### INDÚSTRIAS CRIATIVAS

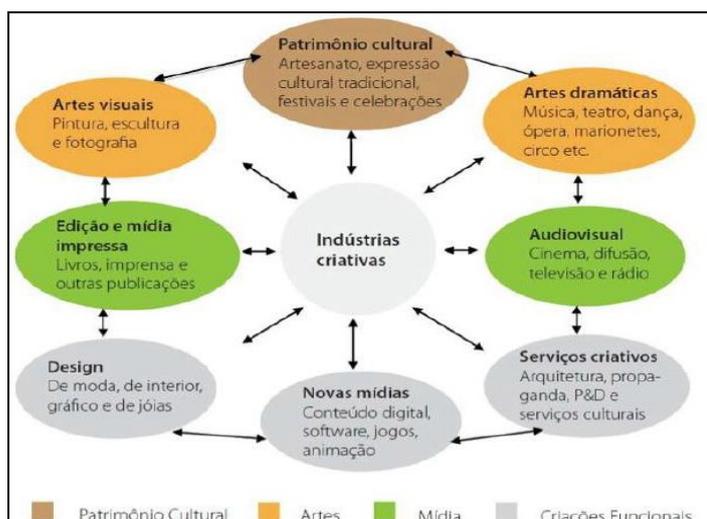
“As indústrias criativas aparecem como um novo paradigma global de políticas públicas que colocou o binômio cultura/desenvolvimento local como pilar de sua proposição” (CUNHA, 2015, p. 81). De acordo com Cunha (2015) O governo australiano em 1994 desenvolveu o conceito de “*Creative nation*” com base em uma política cultural voltada para a requalificação do papel do Estado, no desenvolvimento cultural do país. Segundo Serafim *et al.* (2013), não há uma classificação teórica consensual dos conceitos de Indústrias Criativas:

(...) As definições das indústrias criativas estão de acordo com o desenho das estruturas das indústrias culturais, da regulamentação das legislações de propriedade intelectual e das políticas públicas de cada local. As condições nacionais são diferentes, com diferentes problemas, e por isso as indústrias criativas têm estruturas e nomes diferentes em cada país. Na Inglaterra, Austrália e Islândia, o nome é indústrias criativas; nos Estados Unidos, direitos autorais e de *copyright* das comunicações e do entretenimento; para a UNESCO, a União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Indústrias culturais e criativas; na Suécia e Dinamarca, economia da experiência. (CUNHA, 2015, p. 81).

(...) “O termo é abrangente, e envolve profissionais das áreas que oferecem serviços baseados no conhecimento e na capacidade intelectual. É um conceito ainda em construção, reunido em atividades econômicas que têm como processo principal o ato criativo, gerador de valor, que resulta em produção de riqueza cultural”. (FOLGA NA DIREÇÃO, 2015 *apud* BREDOW, 2016, p.18).

Segundo (SCHAAB 2016; BREDOW 2016; SILVA 2016) o conhecimento, criatividade e a tecnologia são os principais recursos de produção da Indústria Criativa, assim, a era da economia criativa, é a era da economia do conhecimento, do conteúdo, e tecnologia. Pode-se afirmar que as Indústrias Criativas têm o foco primordial na criatividade, a qual é necessária para a geração da propriedade intelectual com destaque para o seu potencial de comercialização. Nunes (2016), afirma que, surgido na Austrália, o conceito de Indústrias Criativas se propagou no Reino Unido por meio da inserção nas políticas definidas pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido (*Department for Culture, Media and Sport - DCMS*). Sendo definida por este departamento “como aquelas que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza através da geração e exploração da propriedade intelectual” (DCMS, 2005 *apud* NUNES, 2016, p. 46; QUEIROZ, 2015, p. 20; PADILHA, 2010; OLIVEIRA, 2016; PEREIRA, 2017). Segundo Cabral (2015) a economia criativa é, simultaneamente, ligada ao público e aos setores informais e não objetiva unicamente o lucro, isso a torna híbrida e complexa. Além disso, muitos dos parâmetros críticos de seu sucesso estão ligados a valores intrínsecos e identidades (UNESCO, 2013 *apud* CABRAL, 2015, p. 25). De acordo com a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2010) as Indústrias Criativas correspondem a um conjunto de setores e atividades que utilizam a criatividade, o talento e as habilidades humanas como principais insumos da produção de bens intangíveis, abrangendo desde artes e culturas populares, àqueles que requerem tecnologia intensa. (SHIROMA, 2018, p. 2).

Sobre as diferentes definições das categorias e setores da Indústria Criativa, o DCMS classifica as seguintes áreas: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema, software, softwares interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais (DCMS, 2005). Sob a percepção da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento UNCTAD (2010), as Indústrias Criativas podem ser agrupadas em oito áreas.



Fonte: UNCTAD, 2010

Sobre as definições de I.C, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (2013, p.3) define as indústrias culturais e as Indústrias Criativas da seguinte forma:

O termo indústrias culturais refere-se às indústrias que combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos criativos, que são intangíveis e de natureza cultural. Os conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e eles podem assumir a forma de um bem ou de um serviço. O termo Indústrias Criativas abrange uma ampla gama de atividades que incluem as indústrias culturais, além de toda produção cultural ou artística, seja ao vivo ou produzido como uma unidade individual. São aquelas em que o produto ou serviço contém um elemento substancial de esforço artístico ou criativo. (COSTA, 2016, p. 51).

O pesquisador John Howkins complementou o conceito britânico (DCMS, 1998) afirmando que as marcas, as patentes e os direitos autorais podem ser considerados fontes de transformação da criatividade em produto e, define a IC como aquelas que:

(...) produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual que, na verdade, empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as Indústrias Criativas têm um *core group*, um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, software, broadcasting e todos os processos de editoria em geral. No entanto, a coisa curiosa é que a fronteira das Indústrias Criativas não é nítida. Entretanto, cada vez mais se utiliza de tecnologias de *management* de informática para transformar bens, produtos e serviços de grande distribuição. (COSTA, 2016, p.52).

Já para Nunes (2016), as Indústrias Criativas podem ser definidas como aquelas que possuem foco e essência na criatividade e talentos, desenvolvendo potencial para a geração de trabalhos, produtos, serviços e conteúdos por meio da propriedade intelectual (BLYTHE, 2001 *apud* NUNES, 2016, p.15).

## 2.1 O surgimento do termo indústrias criativas

Segundo Costa (2016) na década de 1960 o termo 'indústria cultural' foi substituído por 'indústrias culturais', compreendendo as ligações entre cultura, tecnologia e capital intelectual. Já a passagem do termo 'indústrias culturais' para o termo 'Indústrias Criativas' trouxe uma diferente articulação no sentido buscando trazer os negócios para uma configuração positiva, diferentemente do que acontecia antes (BENDASSOLLI, 2007 *apud* COSTA, 2016, p. 50). De acordo com Bredow (2016, p. 17) "O programa da Teoria Crítica (1937) foi elaborado para investigar o conflito entre as forças produtivas e as forças sociais, num contexto capitalista".

Adorno e Horkheimer foram os pioneiros em captar uma nova sensibilidade industrial endereçada à cultura, à qual batizaram de Indústrias Culturais. A cultura tornou-se, a partir da industrialização, um tipo de recurso ao qual é possível associar indicadores de desempenho, lucratividade e crescimento. Com o passar do tempo à necessidade de mudança no discurso, e nas relações socioeconômicas, nos países desenvolvidos, a cultura parece ser re-apropriada mediante sua conversão em "produto". Termos/conceitos "nova economia", "economia do conhecimento", "sociedade em rede" e "sociedade da informação", giram entorno da chamada "economia da criatividade", a cultura aparece em uma nova fronteira, onde passa a ser vista como produção individual e coletiva de significados, sendo esta nova abordagem rebatizada pelo termo Indústrias Criativas. (BENDASSOLLI; WOOD, 2009 *apud* BREDOW, 2016, p. 17).

Costa (2016) aponta que na contemporaneidade a cultura ainda apresenta um caráter funcional e instrumental, no que se refere aos fatores econômicos atrelados a ela. E que o conceito de indústria cultural surgiu em uma época de avanço industrial e tecnológico no século XX, e parte do princípio de que a cultura contemporânea, massificada, perde sua diversidade, assim, a indústria cultural e seus produtos passam a constituir um sistema. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114 *apud* COSTA, 2016).

## 2.2 “Sociedade do conhecimento”, deslumbramento e as transformações na produção

Nesse contexto de aceleradas mudanças tecnológicas, os defensores da E.C e I.C discutem de forma deslumbrada a transformação das atividades de produção onde o conhecimento (propriedade intelectual) passou a ser fundamental para as novas formas de produzir e gerar valor/riqueza, (COSTA, 2016; SCHAAB, 2016; BREDOW, 2016) em suas discussões, citam alguns autores que afirmam que vivemos em contexto pós-industrial, um exemplo é Werthein (2000) que afirma que a expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta do complexo conceito de “sociedade pós-industrial”. Segundo Costa (2016, p. 32) Bell (1973) foi o precursor do termo “sociedade do conhecimento”, e afirmava que a economia estava saindo de uma era industrial, focada na fabricação de bens materiais, para uma era pós-industrial, na qual o trabalho estava cada vez mais envolvido com a produção intelectual:

A sociedade industrial é caracterizada pela coordenação das máquinas e os homens para a produção de mercadorias<sup>5</sup>. A sociedade pós-industrial é organizada em torno do conhecimento para o controle social e o sentido de inovação e mudança, e esta, por sua vez, da origem a novas relações sociais e as novas estruturas que tem de ser abordadas politicamente (BELL, 2006, p. 34).

As mudanças econômicas e sociais que levaram o foco da produção para as atividades intensivas em conhecimento estão associadas à ideia de “sociedade do conhecimento” e, conforme Castells (2012) à transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial ressaltou a originalidade e a criatividade e celebrou o culto as mudanças, as rupturas e a inovação. No discurso mais acalorado como o de Tigre (2006, p. 262) o conhecimento assume um papel cada vez mais importante na dinâmica econômica à medida que a economia se desmaterializa. Para DRUCKER (1998b) o fator de produção mais importante para o processo produtivo moderno do que o clássico “terra, trabalho e capital”. Para Peter Drucker (1997):

O recurso econômico básico – “os meios de produção”, para usar uma expressão dos economistas – não é mais o capital, nem os recursos

---

<sup>5</sup> A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer (ver Marx, 2013, p.157).

naturais (a “terra” dos economistas), nem a “mão-de-obra”. Ele é e será o conhecimento. As atividades centrais de criação de riqueza não serão nem a alocação de capital para usos produtivos, nem a “mão-de-obra” – os dois pólos da teoria econômica dos séculos dezenove e vinte, quer ela seja clássica, marxista, keynesiana ou neoclássica. Hoje o valor é criado pela “produtividade” e pela “inovação”, que são aplicações do conhecimento ao trabalho. (DRUCKER, 1997, p. XVI).

Drucker defende que nos primórdios da industrialização o conhecimento era aplicado às ferramentas, aos processos e aos produtos, o que caracterizou a Revolução Industrial. Em sua segunda fase, iniciada no final do século XIX e culminando com a Segunda Guerra, o conhecimento passou a ser aplicado ao trabalho, caracterizando o que chama de “Revolução da Produtividade”, que alçou os trabalhadores à condição de classe média e freou “a guerra de classes e o comunismo”. Para ele, atualmente estamos vivendo uma “Revolução Gerencial”: “Hoje em dia, o conhecimento está sendo aplicado ao próprio conhecimento. [...] O conhecimento está rapidamente se transformando no único fator de produção, deixando de lado capital e mão-de-obra.” (Drucker, 1997, p. 4, grifo do autor).

Segundo Tigre (2006), a partir do século XVIII até meados do século XIX, quando ocorreu a chamada Primeira Revolução Industrial, a agricultura era a principal atividade econômica no mundo. As mercadorias eram feitas de forma individual e artesanal e o conceito de fábrica como conhecemos hoje ainda não existia e a revolução industrial se caracterizou pela substituição da habilidade e do esforço humano pelas máquinas, pela introdução de novas fontes inanimadas de energia e pelo uso de matérias-primas novas e muito mais abundantes, sobretudo a substituição de substâncias vegetais ou animais por minerais, do ponto de vista tecnológico:

Além dessas inovações técnicas, ocorreram importantes inovações organizacionais, a exemplo da divisão do trabalho. Cabe lembrar que as inovações dessa época não eram ainda produtos da ciência, mas sim de observações, especulações e experimentação prática.

(...) A identificação da tecnologia como fator de dinamismo econômico contrasta com o pensamento dos fisiocratas, que sustentavam que somente a terra ou a natureza seria capaz de produzir algo novo. As demais atividades, como a indústria e o comércio, não faziam mais do que transformar os produtos da terra. (TIGRE, 2006, p. 29).

Já na segunda metade do século XIX ocorre um aprofundamento do processo de industrialização europeu com a difusão das aplicações da máquina a

vapor e aprimoramento tecnológico, impulsionando a indústria manufatureira e dos transportes ferroviário e marítimo. Esse período ficou definido pelos historiadores como a “Segunda Revolução Industrial” Segundo TIGRE (2006, p. 31).

O autor (2006, p.49) aponta ainda que além das revoluções nos transportes e comunicações, a eletricidade, o motor a combustão e as inovações organizacionais conhecidas como “fordistas-tayloristas” que consistia em aplicar leis científicas que definiam a forma de organizar as atividades dos trabalhadores e a operação dos sistemas produtivos, contribuíram para alterar a estrutura da indústria, gerando novos modelos de firmas e mercados:

Taylor propõe a completa divisão entre o trabalho manual, limitado à execução de tarefas previamente definidas, e o trabalho intelectual de buscar as formas mais rápidas e produtivas de realizar uma tarefa. Isso pode ser alcançado por meio do estudo de tempos e movimentos e da psicologia industrial, além das técnicas de sequenciamento e divisão do trabalho, mecanização do processo, padronização, intercâmbio de peças e administração científica racional. (TIGRE, 2006, p. 51).

Já no final do século XX um processo de transição na economia com atividade produtiva intensivas em informação e conhecimento acontece e altera o paradigma fordista de crescimento que vinham sendo difundidos desde o início do século, de acordo com Tigre (2006) três fatos podem ter contribuído:

(...) O primeiro fato foi o sucessivo aumento nos preços do petróleo, a partir da crise de 1973, que mostrou ao mundo que o modelo de crescimento baseado no consumo crescente de materiais e energia baratos não era sustentável. Esse fato abalou o ritmo de crescimento que a indústria mundial vinha experimentando desde o final da Segunda Guerra Mundial inaugurou para uma nova trajetória de inovações intensiva em conhecimentos e poupadora de energia. O segundo foi o esgotamento do modelo fordista de produção, baseado na exploração excessiva dos princípios da padronização e divisão do trabalho. O Japão liderou a nova trajetória de inovações organizacionais voltadas para a redução de desperdícios, aumento da qualidade, cooperação intra e interindustrial e uso intensivo de informação e conhecimento. O terceiro, e mais importante, foi à onda de inovações iniciada com a invenção do transistor na década de 1940 e potencializada pela introdução do circuito integrado nos anos 70 e pela Internet nos anos 90. A microeletrônica serviu como base técnica para a imbricação das tecnologias de informática, telecomunicações, optoeletrônica, software e *broadcasting* e suas múltiplas aplicações que retroalimentam o processo de inovação. (TIGRE, 2006, p. 69).

Tigre (2006) afirma que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) oportunizaram inovações secundárias que vêm revolucionando a indústria e a organização do sistema produtivo global. Permitindo inovações organizacionais que

seriam impensáveis sem a informação e comunicação digitais possibilitando integrar cadeias globais de suprimentos, aproximar fornecedores e usuários e acessar informações em tempo real, onde quer que elas se encontrem armazenadas, desenvolvendo uma nova infraestrutura e novos modelos de negócios. Segundo Tigre (2006, p. 68-69), “as TIC têm um papel central que constituem uma nova indústria, e também o núcleo dinâmico de uma revolução tecnológica”. Ainda de acordo com este autor, o século XX vivenciou assim, uma nova revolução tecnológica, protagonizada pelo desenvolvimento e pela difusão das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) esse período ficou conhecido como pós-fordismo, e ocorreu em função do processo de esgotamento do modelo fordista-taylorista, por causa da diminuição dos recursos naturais, das formas rígidas de organização da produção e o surgimento da microeletrônica. Segundo Tigre (2006, p.70) essa “revolução em miniatura” caracteriza uma trajetória de inovações associada à aplicação da microeletrônica e à busca de novos materiais. Essas Tecnologias da Informação e Comunicação caracterizam a forma de produzir na terceira revolução também conhecida como revolução digital.

Já para Junior e Saltorato (2018, p.745) a revolução que se presencia, teve início em 2011, quando o governo alemão apresentou na Feira de Hannover uma série de estratégias voltadas à tecnologia capazes de transformar a organização das cadeias de valor globais por meio do surgimento de fabricas inteligentes. Outros países também adotaram o modelo conforme (JUNIOR; SALTORATO, 2018) os EUA apresentaram em 2011 a *Advanced Manufacturing Partnership* (AMP) que consiste na união entre universidades, indústria e o governo federal para promover investimentos em tecnologia. Os Chineses em 2015 apresentaram o *Made in China 2025* programa visando atualizar a indústria no país e, na Coreia do Sul com o *Koreo Advanced Manufacturing System* (KAMS) objetivando assim o gerenciamento e a integração do sistema de produção (CNI, 2016; FIRJAN, 2016 *apud* JUNIOR; SALTORATO, 2016, p. 746). A Indústria 4.0 corresponde então:

(...) ao produto de uma profusão de tecnologias aplicadas ao ambiente de produção (...) entre elas, os *Cyber-Physical Systems* (CPS), a *Internet of Things* (IoT), a *Internet of Services* (IoS), veículos autônomos, impressora 3D, robôs avançados, inteligência artificial, Big Data, nanomateriais e nanosensores (SCHWAB, 2016; CIN, 2016; BCG, 2015 *apud* JUNIOR; SALTORATO, 2016, p. 746).

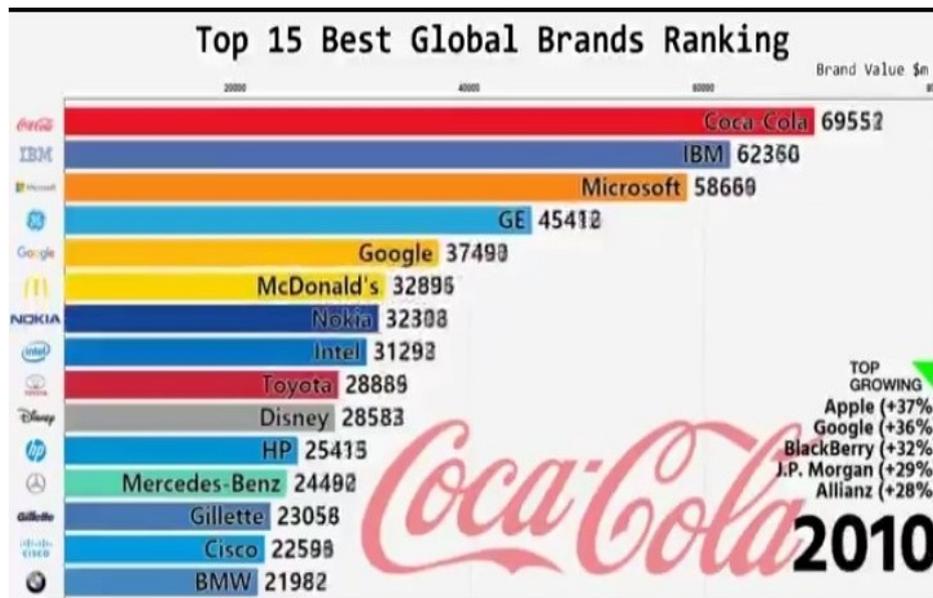
(...) a combinação dessas tecnologias, como sugerido pelos alemães, tem potencial para habilitar as chamadas *Smart Factories*, capazes de fabricar produtos de forma mais eficiente com a comunicação e integração entre máquinas, pessoas e recursos (KAGERMANN; WAHLSTER; HELBIG, 2013). Nessa “fabricas inteligentes” máquinas e insumo “conversam” ao longo das operações fabris, agregando flexibilidade aos processos que ocorrem de maneira autônoma e integrada (CNI, 2016 *apud* JUNIOR; SALTORATO, 2018. p. 746).

Em contexto de economia globalizada aponta-se o conhecimento a criatividade e a tecnologia como essenciais para gerar desenvolvimento local e tornar-se competitivo no mercado global. Entretanto, a criatividade, o conhecimento e a riqueza produzida são apropriados privadamente e utilizado como instrumento de controle e poder e, também apresentada como forma atingir a satisfação das necessidades humanas. Dessa forma, ao contrário do discurso, as desigualdades se ampliam na chamada “nova” economia do conhecimento, em nível local e global. Basta olharmos a expansão das empresas de tecnologia e inovação nos últimos 10 anos, a startup *StartSe*, por exemplo, publicou na sua rede social (*Facebook*), um vídeo<sup>6</sup> em que é apresentado um ranking com as 15 marcas mais valiosas do mundo entre os anos de 2010 a 2018. Os gráficos 1 e 2 ilustram o que os autores do *Imaterial* destacam:

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/startseoficial/videos/as-15-marcas-mais-valiosas-do-mundo-ao-longo-dos-anos/1120348728127256/>

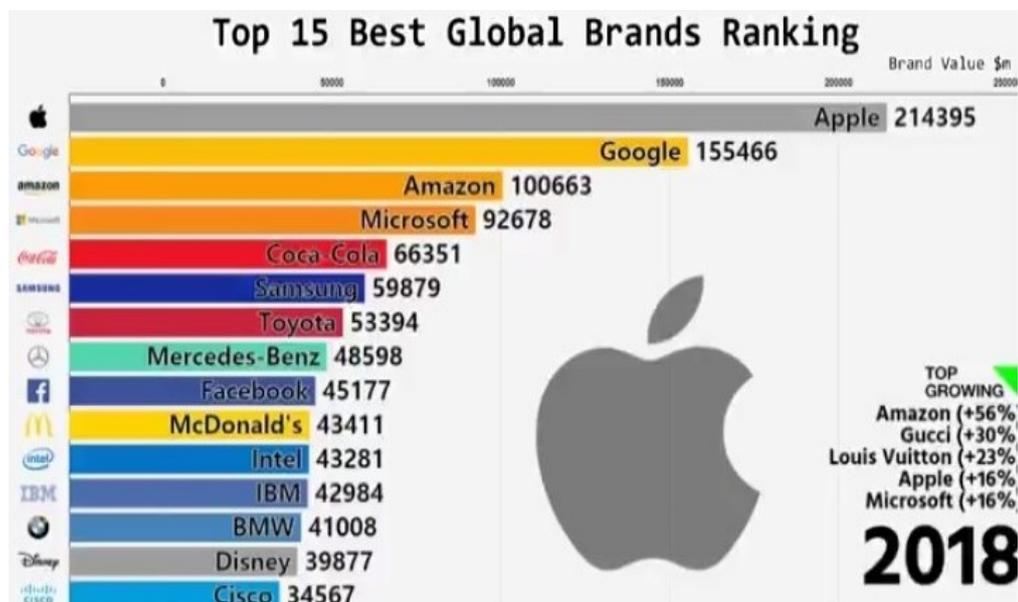
Gráfico 1 – Ranking de marcas em 2010



Fonte: StartSe

Em 2010, as principais eram a Coca-Cola, IBM, Microsoft e GE, as imagens mostram uma significativa alternância de colocações, entre Google e Apple e, ao final, a Apple supera a Google em 2018.

Gráfico 2 – Ranking de marcas em 2018



Fonte: StartSe

Em 2010, as principais eram a Coca-Cola, IBM, Microsoft e GE, o vídeo mostra uma significativa alternância de colocações, entre Google e Apple e, ao final, a Apple supera a Google em 2018. Dentre as Indústrias de produção do “imaterial”, quatro marcas se destacam, são elas: Apple, Google, Amazon e Microsoft. Essas marcas apresentam valorização em uma velocidade espantosa passando a frente de gigantes da indústria automobilística como Toyota, Mercedes-Benz, BMW.

Todas essas transformações ocorridas no trabalho, pelas lentes do materialismo (MARX, 2013), fazem parte de um processo histórico e social, um movimento contínuo marcado pela expansão, das forças produtivas empregados na forma de organizar produção no sistema capitalista<sup>7</sup>. Entretanto autores como Castells (2000), Negri (2003) e Gorz (2005) parecem ignorar tal fato, ao apresentarem de forma idealista as transformações no modo de produção na sociedade capitalista. Segundo eles, na contemporaneidade o trabalho foi superado pelo trabalho imaterial no contexto da “sociedade do conhecimento”.

### **2.3 Trabalho Material X Trabalho Imaterial**

---

<sup>7</sup> No interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho (MARX, 2013, p. 876). O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2013, p. 841).

Os principais teóricos do imaterial pesquisados foram NEGRI (2003) e GORZ (2005), autores nos apresentam suas concepções sobre o trabalho imaterial para discutir as formas que o trabalho assume na “nova economia”

Negri (2003) pondera que, a tendência da imaterialização do trabalho, não exclui, por completo, o trabalho denominado material. Com base em Negri (2003) pode-se afirmar que o trabalho imaterial e o trabalho material não são excludentes, mas sim, complementares nas organizações atuais. Geralmente, essa complementação acontece no sentido de que o trabalho imaterial está apoiado no trabalho material, sendo que o primeiro refere-se ao pensamento, ao conhecimento que resulta em um ato de criação e o segundo, diz respeito à execução, à prática e à repetição. Isso torna o trabalho material interno ao trabalho imaterial, e altera a forma de gestão necessária para cada um dos tipos do trabalho e, conseqüentemente, os mecanismos e formas de controle e poder (NEGRI, 2003 *apud* BORNIGER, 2016, p.40).

Segundo Castells, (2000), as Indústrias Criativas tratam de uma distinção entre um modelo de economia antigo (baseada no uso extensivo de capital e trabalho e orientada pela produção em escala de massa e sob a égide da administração científica), e uma “nova economia” (onde o capital torna-se “intelectual”, focando-se na pessoa e em seus recursos intelectuais, bem como na capacidade de formação de redes sociais nas quais há interação, troca e circulação de conhecimentos - intelectuais, linguísticos, cognitivos etc.). Para entender estas modificações, é preciso considerar o fato de as sociedades de capitalismo avançado estarem hoje orientadas pelos valores pós-materialista. Considerando que uma sociedade materialista gira em torno da satisfação de necessidades básicas e elementares (como o bem-estar econômico e a coesão social), enquanto que os membros de uma sociedade interessam-se, sobretudo, pelo atendimento de necessidades de ordem estética, intelectual, de qualidade de vida e de envolvimento em processos de tomada de decisão autônomos no trabalho e no próprio sistema político. (BENDASSOLI; WOOD, 2009 *apud* BREDOW, 2016, p. 17).

A ideia de que a produção imaterial superou ou vai superar a produção material de bens e serviços é pouco razoável se entendermos que, para atender as necessidades de ordem estética e intelectual, é necessário primeiramente, manter-se vivo, e o atendimento às necessidades (materiais) básicas e elementares como alimentação, habitação, transporte, entre outros. Lessa (2009) discute sobre o equívoco por parte dos teóricos do imaterial como Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e Michael Hardt. Ele afirma que para estes autores, o conceito de trabalho imaterial seria “a superação da concepção materialista de Marx que eles denominam de “objetivista e determinista” (CLEAVER, 1991, p.19-26), segundo a qual a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência seria a categoria fundante do mundo dos homens”. Lessa (2009) adverte que, a vertente

dos teóricos do imaterial apresenta suas ideias de forma rebuscada, evitando que se perceba o quão simplórias são suas teses centrais:

Segundo a qual as transformações que marcam a passagem do feudalismo aos nossos dias não seriam predominantemente causadas, como quer a tradição marxista, pelo desenvolvimento das forças produtivas. Não seria, argumentam, o desenvolvimento das relações mercantis, no contexto da Acumulação Primitiva e, em seguida, das Revoluções Burguesas e da Revolução Industrial, o fundamento da gênese e desenvolvimento da sociabilidade contemporânea. Segundo eles, o motor desse longo processo histórico seria o “amor pelo tempo por se constituir” (NEGRI, 1994, p. 391) que faz com que, os operários se rebelem contra o capitalismo, abandonem as fábricas (o desemprego é, para eles, o resultado da recusa operária do trabalho fabril e não o resultado da expulsão do trabalho vivo da produção) (LAZZARATO, 1992, p. 57; NEGRI, 1993; HARDT; NEGRI, 1984, p. 272 e ss.) e se lancem na construção de uma nova sociabilidade que eles denominam de ‘comunismo’. Para tais autores, o ‘comunismo’ seria uma sociabilidade que não mais conheceria a distinção entre a ‘produção’ e a ‘fruição’, entre a produção e o consumo, entre a produção e a circulação: toda a vida, agora, seria igualmente produtiva. Nas suas palavras, a produção teria se ‘desterritorializado e se expandido a toda sociabilidade. As classes sociais, evidentemente, estariam desaparecendo. Operariado e burguesia seriam coisas do passado. Todavia, surpreendentemente, a função de controle da produção não se ‘desterritorializaria’ para toda a sociedade: ficaria concentrada nas mãos dos “empresários políticos” (NEGRI, 1999, p. 61). Nessas novas circunstâncias, não haveria mais sentido em manter o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, como a categoria fundante do ser social. Agora, a categoria que articularia o ‘comunismo’ - que estaríamos vendo nascer sob nossos olhos - seria o ‘trabalho imaterial’. O ‘trabalho imaterial’ seria, assim, para tais autores, a encarnação nos nossos dias do ‘amor pelo tempo por se constituir’ no momento final de conclusão da sua obra histórica de conversão do mundo feudal em ‘comunista’ (LESSA, 2009).

Segundo Lessa (2009) essa imprecisão com que o conceito de trabalho é tratado no debate contemporâneo cria incompreensões e mal-entendidos. Isso ocorre com a expressão trabalho imaterial, muitos autores a empregam de modo e com um conteúdo muito distinto. Uma das razões históricas, para tal situação é que, nas décadas de 1950 e 1960, as traduções das obras de Marx e Engels para o português foi feita das traduções francesas que naquele momento, eram marcadas pelas leituras que Kojève fizera de Hegel, desta maneira, muitas das expressões de Marx e Engels foram traduzidas de modo interpretativo como aconteceu com “trabalho espiritual” e “trabalho intelectual”, expressões que eram traduzidas por vezes por ‘trabalho imaterial’ (para diferenciar do ‘trabalho material’ ou ‘trabalho manual’).

Assim de acordo com Lessa (2009), em Marx o trabalho, é categoria fundante, concepção unitária do ser, afastando-se da dualidade espírito-matéria. Desta forma reafirma o autor, quando Marx emprega a expressão ‘trabalho intelectual’ está ele se referindo “à atividade de controle sobre a transformação da natureza (‘o trabalho manual’) peculiar às sociedades de classe e, não, a uma pretensa dualidade cabeça/mão que cavaría um abismo ontológico entre as atividades espirituais e as atividades materiais” (MARX, 1985 *apud* LESSA, 2009). O autor esclarece então, que:

O ser social, as atividades espirituais que lhe caracterizam, são, portanto, tão partícipes da matéria, tão material, quanto uma pedra ou uma planta. O que distingue a materialidade humana da natureza são suas leis e processualidades – sua história – porque, diferente do ser natural, a legalidade social brota das ações humanas e não dos processos biológicos, químicos ou físicos do mundo natural. Mas o ser social não é menos material do que a natureza por essa razão.

Segundo Santos (2013, p.144), “os autores da *recente teoria do trabalho imaterial* consideram o trabalho imaterial como já inserido no setor de serviços e, por isso, como não produtor de mais-valia”:

(...) Tendo em vista a teoria marxiana, este critério é infundado. Em primeiro lugar, pela razão evidente de que há trabalhos imateriais que geram valor e mais-valia, como por exemplo, o trabalho envolvido na indústria de transportes. Em segundo lugar, mesmo os trabalhos imateriais improdutivos não se encontram independentes e livres da atividade capitalista. Um exemplo seria as atividades estritamente comerciais que, ao se tornarem complexas sob o processo de produção e reprodução capitalista, modificam-se em atividades capitalistas, com trabalhadores assalariados cujas jornadas de trabalho também são divididas em tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Pelas razões expostas acima, qualquer apreciação crítica sobre o trabalho imaterial deve considerar as categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Além do que já levantamos, a apuração destes conceitos são úteis para a desmistificação do caráter do trabalho vendido sob a forma de serviços: o modo pelo qual Negri, Lazzarato e Hardt apresentam o trabalho no “setor terciário” faz com que a relação social de exploração na qual o modo capitalista de produção é erguido apresente-se transfigurada. Podemos afirmar o mesmo em relação ao trabalho intelectual. Nas palavras dos autores há uma “independência progressiva da força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista” (LAZZARATO ; NEGRI, 2001, p. 31). Desconsideram o modo pelo qual o capital absorve o trabalho intelectual:

(...) Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a

participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre incide o trabalho. [...] Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias. (MARX, 2008a, p. 577 *apud* SANTOS, 2013).

Assim, Santos (2013) demonstra que não há independência do trabalho intelectual mediante o domínio capitalista. Por mais que ele esteja separado dos trabalhadores manuais, ele exerce funções produtivas segundo a definição de trabalho produtivo no capitalismo, que é trabalho produtor de mais-valia (SANTOS, 2013, p. 144, 145).

No curso de seu desenvolvimento, o capital, conforme aponta Marx, promove alterações na sua composição promovendo desenvolvimento técnico, visando índices maiores de produtividade do trabalho e a decorrente maximização da extração de mais-valia. Aumentar a produtividade do trabalho resulta, sobretudo, “no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (MARX, 2008a, p. 726). Esta é “uma tendência constante”, um “impulso imanente” do capital. (MARX, 2006, p. 370). No entanto, além do evidente êxito econômico, a alteração dos meios de trabalho no capital promove uma ação política visando a diminuição e o controle do potencial reivindicatório dos trabalhadores. Em suma, “todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor” (MARX, 2008a, p. 749), caracterizando um avanço do capital sobre o trabalho. (SANTOS, 2012, p. 146).

As tecnologias contribuem ainda mais para o processo de exploração e extração da mais valia<sup>8</sup> da força de trabalho. Judith Revel (2009) argumenta sobre o modelo econômico atual onde segundo ela, o cérebro aparece como a principal máquina na produção. Em suas palavras: “a máquina não pertence mais ao patrão. A máquina produtiva é meu cérebro: ele é meu, e isso é minha subjetividade.” (REVEL, 2009, s/p. *apud* SANTOS, 2012, p.146). Entretanto, tendo por base os estudos de Marx, “o cérebro ou a subjetividade, pertencem ao trabalhador, são condições subjetivas de trabalho e só entram em funcionamento mediante a relação com as condições objetivas de trabalho” (SANTOS, 2012, p.146).

---

<sup>8</sup> Ver Marx (2013 p 726).

## 2.4 A criatividade na perspectiva pós-moderna e a formação de competências para o século XXI

Ao abordar e defender a criatividade como principal insumo de produção nas Indústrias Criativas destacamos as definições trazidas por alguns autores como Borniger (2016) e Nunes (2016) em seus estudos:

“A criatividade é vista como própria do indivíduo, podendo ser manifestada a partir de mecanismos de resistência, criados independente dos subsídios, regras e impedimentos organizacionais”. (BORNIGER, 2016, p. 36).  
“Criatividade é a habilidade de formular novas respostas ou ideias aos problemas ou situações novas ou já conhecidas” (NUNES, 2016, p. 46).

Os autores citados acima evidenciam a criatividade destacando-a como insumo de produção essencial para a economia contemporânea, ou como característica individual. Como veremos, atualmente, a narrativa é de que a criatividade é um atributo individual essencial na resolução de problemas, para o empreendedorismo e, para a inovação é um recurso inesgotável capaz de gerar lucro e desenvolvimento para os países em um contexto econômico local e global. Como vimos no capítulo anterior, a criatividade é central para as Indústrias Criativas, para criação de produtos e/ou serviços que geram valor. Assim passa a ser requerida como habilidade necessária para o trabalho no século XXI e demanda um novo currículo, um novo tipo de formação. Verificamos que predomina a compreensão da criatividade entendida na perspectiva pós-moderna como um instrumento a ser empregado na produção de coisas/produtos ou serviços.

A partir do levantamento bibliográfico, constatamos que a discussão da criatividade como recurso humano e capacidade desejada pelo mercado/organizações, e que deve ser desenvolvida pela escola é realizada da educação infantil até a pós-graduação e, os resultados são comparados através de pesquisas que indicam processos que estimulam e inibem a criatividade e que vão de fatores biológicos a ambientais. Oliveira (2010); Nakano; Wechsler (2018) explicam que as experiências familiares, a saúde, a escola, os ambientes de trabalho e o contexto sócio cultural, são fatores que influenciam no desenvolvimento da criatividade do indivíduo. A família porque neste espaço, constituem-se valores, crenças, sentido crítico e criatividade; a escola, pois, nela se passa grande parte da

vida, ideal, portanto, para o desenvolvimento do potencial criativo, onde professores criativos tornam suas aulas prazerosa e estimuladora; as organizações desejam indivíduos criativos por questão de sobrevivência no mercado. A criatividade é influenciada pela cultura, já a saúde é vista como um processo de funcionamento integral do ser capaz de aumentar/otimizar seus recursos como a criatividade por exemplo. Segundo Nakano e Wechsler (2018), essas dimensões interagem entre si de acordo com o pensamento individual e os estilos criativos sendo expressas e encontradas de muitas maneiras. Portanto, o fenômeno criativo tem sido estudado sob as mais diferentes abordagens e tem várias maneiras de ser identificado (ALENCAR; FLEITH, 2008; NAKANO ;WECHSLER, 2012). Oliveira (2010) refere-se às teorias recentes sobre criatividade como a Teoria do Investimento em Criatividade, de Sternberg e Lubart (1996), Modelo Componencial da Criatividade, de Amabile (1996) e Perspectiva de Sistemas, de Csikzentmihalyi (1996) e explica que:

Pela teoria do Investimento em Criatividade, a criatividade provém de seis fatores distintos que se inter-relacionam e não podem ser vistos isoladamente: inteligência, estilos intelectuais, conhecimento, personalidade, motivação e contexto ambiental. O Modelo Componencial da Criatividade explica de que forma os fatores cognitivos, motivacionais, sociais e de personalidade influenciam o processo criativo. A Perspectiva de Sistemas focaliza os sistemas sociais e considera a criatividade um fenômeno que se constrói entre o criador e a sua audiência, e que se vale de três fatores: o indivíduo, portador de uma herança genética e de suas próprias experiências; o domínio, que é um sistema simbólico com um conjunto de regras para representação do pensar e do agir e que, em síntese, é a cultura; o campo, parte do sistema social que tem o poder de determinar a estrutura do domínio, cuja maior função é preservá-lo como tal (OLIVEIRA, 2010, p.84).

Dessa forma, Oliveira (2010) acredita que todos podemos desenvolver o potencial criativo, e usar essa capacidade na própria vida, no trabalho, no cotidiano, mas, para isso, a criatividade precisaria ser exercitada a partir de técnicas e estratégias de pensamento que auxiliam no desenvolvimento desse potencial criativo. Oliveira (2010) destaca ainda que o mundo atual, com muito desenvolvimento tecnológico, científico, industrial entre outros, geram problemas ambientais, de saúde e de desorganização social, requerendo assim a criatividade na busca de soluções para esses e outros problemas. A criatividade torna-se uma característica cada vez mais apreciada, percebida como um recurso valioso para o

desenvolvimento individual e social. Além disso, o mercado busca pessoas criativas que saibam inovar.

Os autores Fleith (2010); Nakano e Wechsler (2018) afirmam que em um cenário contemporâneo complexo, marcado por crises, dilemas, contradições e mudanças rápidas, a capacidade de criar se transformou em uma parte essencial dos indivíduos e das sociedades. Sendo assim a criatividade seria uma necessidade atualmente, ajudando o indivíduo a responder de maneira produtiva e adequada aos desafios na vida pessoal e profissional, o que beneficiaria a educação e a economia. Entretanto Fleith (2010, p. 2) aponta que “a mera posse de conhecimento não é suficiente” É necessário que este conhecimento se transforme em novas idéias, conceitos e artefatos:

Uma resposta criativa exige associações, insights, conhecimentos, características pessoais incomuns, como independência de pensamento, abertura a novas experiências, flexibilidade, persistência, imaginação, entre outros, além de um ambiente psicológico e social em que a idéia original é estimulada, valorizada e reconhecida (FLEITH, 2010, p. 2).

Sendo assim, segundo Fleith (2010) as condições que promovam a criatividade na educação, constituem-se tema de atenção crescente em décadas recentes, uma vez que a capacidade de criar é essencial na “sociedade do conhecimento”. Novaes (2003, p. 155) cita uma conferencia sobre a criatividade, a Conferência do “*World Council for Gifted and Talented Children*”, realizada em Barcelona de 31/07 a 14/08 de 2001, onde se discutiu a necessidade de o homem moderno organizar o caos, integrando conhecimentos e descobertas na área da tecnologia, das artes, das ciências exatas e sociais, levando em conta a capacidade do cérebro humano. A questão tratada na conferência foi o que mudou o que irá mudar e o que de mais relevante deve ser considerado quando se trata de criatividade, inteligência, talento nos diversos países:

Discutiram-se quatro dimensões das mudanças: nos conceitos de inteligência e de criatividade da equidade versus excelência nas escolas, no currículo diferenciado para os alunos bem dotados; das novas linhas de acesso ao conhecimento global no processo de aprendizagem ao longo da vida e de uma real possibilidade, modificando os papéis dos professores e dos alunos em relação ao conceito de inteligência desses alunos, embora seja reconhecida a influência do fator genético, além do que é advindo do meio social. O resultado dessa interação constante é que irá facilitar as

performances e o desenvolvimento das capacidades e habilidades, são utilizados nos testes de inteligência, priorizando aqueles desempenhos em situações e tarefas que exijam habilidades e funções, levando em conta o meio sociocultural em que vivem. Quanto aos conceitos de criatividade às mudanças ocorreram no deslocamento da ênfase das características de certas habilidades individuais para mais complexo resultado, proveniente da interação entre a pessoa, os produtos e o meio ambiente (NOVAES, 2003, p. 156).

Por isso Novaes (2003) enfatiza que o currículo diferenciado e os procedimentos metodológicos, devem ser flexíveis, numa concepção abrangente de articulação entre as diversas disciplinas, implicado numa mudança de organização escolar e na distribuição das séries, considerando a diversidade de aptidões, interesses e motivações.

Quanto ao referencial de equidade e excelência o importante é fornecer recursos e meios para todas a fim de equalizar o acesso às informações e às fontes de conhecimento, admitindo, porém, a diversidade das performances, o que fará surgir vários tipos de propostas de ensino e de sistemas educacionais, além de oportunidades educativas mais globalizantes, articulando tecnologia com código lingüístico, as ciências, o controle da organização – sempre levando em conta os diferentes códigos culturais sociais e históricos, os diferentes modos de aprender e de adquirir conhecimento, as diferentes linguagens verbais especiais visuais. Outras características desses alunos são admitidas – como a possibilidade de cometer erros em situações complexas, usar intuição, curiosidade sempre ativa, focalização, tanto pontual como global, acrescentar ideias no cotidiano, ter metas, criar alternativas (NOVAES, 2003, p. 156).

Joseph Renzulli do Centro Nacional de Pesquisas com Superdotados e Talentosos (USA) citado por Novaes (2003, p.156) pesquisa sobre quais as causas que fazem as pessoas usar suas capacidades intelectuais, motivacionais e criativas, seus talentos, enquanto outros com as mesmas, e até mesmo mais facilidades não conseguem, propõem um novo modelo resgatando o que segundo ele, ainda não foi exaustivamente estudado nos talentos, fatores como coragem, esperança, otimismo, carisma e o sentido do destino. Briceno (1998) pontua que:

O pensamento criativo é caracterizado por surtos de imaginação, processo irracional, quebra de regras, questionamento de julgamentos e geração espontânea de idéias. Dessa forma, supõe-se que algumas pessoas sejam mais capazes do que outras de se envolver nesse processo, devido a seus traços cognitivos e de personalidade, de modo que a criatividade é vista principalmente como uma característica do indivíduo (BRICENO, 1998, p. 2).

No empreendedorismo a criatividade também desempenha papel importante e parece ser encarada como elemento decisivo para o êxito na atividade empreendedora. Campos (2016, p. 467) afirma que a paixão empreendedora nos indivíduos pode promover sua criatividade. Consequentemente, em seu estudo a criatividade foi identificada como uma variável intermediária, mostrando que a paixão empreendedora estava relacionada à criatividade e à prontidão empreendedora. Com base nos resultados, evidenciou que a paixão por inventar está significativamente vinculada à criatividade. Sobre a relação entre criatividade e inovação, Nakano e Wechsler (2018) apontam que há três abordagens diferentes: as que tratam criatividade e inovação como sinônimos, como características distintas ou como complementares. Em seus estudos sobre inovação, afirmam que esta foi valorizada como uma característica individual necessária no mundo globalizado. A inovação pode ser definida como desenvolvimento do produto ou prática de idéias novas e úteis para beneficiar indivíduos, equipes, organizações ou uma ampla gama da sociedade. Entretanto:

(...) é necessário esclarecer que a inovação não é apenas uma questão de apresentar uma nova idéia, mas também exige um produto valioso. Nesse caso, “produto” não se limita a um objeto tangível, mas também pode ser visto como um processo para aumentar a produção e reduzir custos de uma maneira ainda não testada naquele contexto específico (Cropley, Kaufman, & Cropley, 2011). (...) inovação envolveria a transformação ou aplicação de um conceito em algo que possa ter valor comercial ou que possa ser usado por uma ampla gama de pessoas (NAKANO; WECHSLER, 2018, p. 239).

Dessa forma a inovação estaria mais relacionada aos processos de produção algo relacionado ao impacto financeiro ou social que pode ou não estar relacionado a uma descoberta tecnológica (CABRAL, 2003 *apud* NAKANO; WECHSLER, 2018, p. 240). Tanto a criatividade quanto a inovação vêm sendo ressaltadas como habilidades essenciais para o século XXI, “diante da constatação de que, ambas, atuam favorecendo o potencial humano, constituindo-se em aspectos positivos do indivíduo, valorizados, cada vez mais, em diferentes contextos” (NAKANO; WECHSLER, 2018, p. 1). Desta forma a busca por profissionais criativos, tem sido enfatizada por diversos tipos de organizações e indicam a necessidade de uma educação que desenvolva criatividade, do ensino fundamental ao ensino superior.

Quanto a uma educação criativa, Briceno (1998, p. 2) afirma que “Talvez nos primeiros três anos do ensino fundamental ainda exista algum tipo de estímulo ao desenvolvimento da criatividade, mas a partir desse momento desaparece na universidade”. Segundo o autor, apesar da escola, os alunos que, por natureza, são criativos, ou seja, desenvolveram essa capacidade, aplicam esse recurso profissionalmente. Briceno (1998) evidencia a falta de planejamento da criatividade no currículo, e afirma que é possível o aumento da criatividade através do planejamento e das práticas pedagógicas. Sendo fundamental repensar as estratégias de ensino desafiando os antigos estilos de ensino, incentivando os estudantes e futuros profissionais a desenvolver as habilidades criativas e inovadoras que são valorizadas como essenciais no século XXI (NAKANO; WECHSLER, 2018). Novaes (2003) sugere trabalhar com técnicas de resolução de problemas, tomada de decisões, metacognição e flexibilidade ideativa, pois, favoreceria inovar e criar, sobretudo, nos comportamentos cotidianos (NOVAES, 2003). No ensino superior a questão também é discutida.

Segundo Fleith e Alencar (2010, p. 201), a criatividade é fator chave para lidar com as mudanças rápidas e complexas que caracterizam o mundo contemporâneo. Por esta razão, seria fundamental que as instituições de ensino superior, que ocupam uma posição central na formação dos futuros profissionais, tenham como uma de suas metas o desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes. Pois segundo as autoras há uma demanda por profissionais criativos, que dominem estratégias eficientes para identificar oportunidades, abordar e resolver problemas imprevisíveis, esta tem sido a tônica da maioria das organizações. Seria então, de acordo com Fleith; Alencar (2010, p. 202) mais uma razão para que as universidades propiciem uma formação em sintonia com as demandas do mercado, de profissionais que aliem criatividade com capacidade

analítica e uma base sólida de conhecimentos, essenciais para o sucesso no mundo incerto e complexo do trabalho<sup>9</sup>.

No entanto, de maneira crítica Filho e Barros (2018) chamam atenção para o caráter instrumentalizado com que a criatividade é tratada e discutida nas teorias pós-modernas do imaterial e da criatividade. Da Educação Infantil à Pós-graduação, as propostas pouco refletem o caráter social e histórico da criatividade, enquanto capacidade cognitiva. Enfatiza-se também, que haveria atualmente, uma quase obrigatoriedade em ser criativo e inovador. Essa obrigatoriedade é transformada em modelos a serem seguidos revelando a concepção instrumental sobre criatividade e inovação nas discussões até aqui realizada. Esta concepção instrumental sobre criatividade converge com as teorias do trabalho imaterial segundo os autores Filho e Barros (2018):

Para uma já vasta teoria, a criatividade é tomada como um valor central na cultura contemporânea e o ponto pacífico de tais variadas correntes teóricas diz respeito a uma alegada superação do estatuto do trabalho em direção ao que é chamado de trabalho imaterial. Assim, as propostas correntes de criatividade na escola padecem do mesmo mal daquelas que sustentam a ideia de trabalho imaterial: ignoram o fato de que a criatividade é um componente da dinâmica social, de que o trabalho ainda é fundamento das práticas sociais mais diversas, inclusive, por óbvio, nas chamadas atividades criativas. (...) autores como Castells (2007) e Gorz (2005) afirmam que vivemos, com a sociedade da informação, da comunicação ou em rede, uma nova era do capitalismo ou mesmo o início de um novo modo de produção. Embora se possa obstar, é inegável o fato de que o capitalismo contemporâneo possui no imaterial, para ficarmos na expressão de Gorz, mas que pode ser traduzida por criatividade e inovação, o *status* de força produtiva primordial (FILHO E BARROS, 2018, p.1499).

Assim surgem manuais, cursos, palestras, eventos de toda a natureza, que ensinam os sujeitos a serem criativos ou aptos para competir no mercado de trabalho do século XXI. Afastando-se da originalidade inerente aos processos criativos de humanização e, aproximando-se do enquadramento e homogeneização da criatividade pela lógica racional capitalista, prevalecendo à falta de liberdade nas ações dos sujeitos. Filho e Barros (2018) afirmam que o debate sobre o desenvolvimento da criatividade na escola nunca foi tão discutido desde as formas

---

<sup>9</sup> Pelo crescente desemprego, precarização, perda de direitos dos trabalhadores. Essa expressão refere-se à incerteza e insegurança que vivem diariamente os trabalhadores.

de incentiva-las até a superação de práticas que inibem o seu desenvolvimento, se intensificaram nos últimos anos no Brasil, como o fazem (ALENCAR, 2002, 2007; FLEITH, 2007).

Embora haja nuances, majoritariamente as pesquisas estão voltadas para uma compreensão instrumental de criatividade, que a dispõem a partir de um quadro, hegemônico conceitualmente, em que ser criativo responde a demandas específicas e exclusivas de um *novo mundo*, de que a criatividade é força motriz. A escola, instituição de educação formal, deve então, obrigatoriamente, incentivar nos indivíduos seus talentos criativos (FILHO; BARROS, 2018, p.1501).

A concepção instrumental da criatividade é prática comum na literatura disponível sobre o tema. “E não poderia ser de outra forma, uma vez que a lógica que sustenta o modo de produção capitalista é não apenas amparada em uma escancarada forma de instrumentalização da vida: é sua própria condição” (FILHO; BARROS, 2018, p.1501). Ao fazer sua análise os autores Filho; Barros (2018) enfatizam que as teorias pós-modernas da criatividade ignoram dois aspectos sobre o caráter ontológico da criatividade humana segundo eles “todo discurso modernista e pós-modernista se tece na busca pela fuga contra as determinações da natureza e das tradições, isto é, a busca pela autodeterminação do humano”. O segundo aspecto ignorado de acordo com Filho; Barros (2018, p. 1502) é que “nesse processo o que se vê é o esforço por superação da chamada metafísica do sujeito; superar tal metafísica implica conceber o humano não como uma entidade estável, mas multifacetada e construída por processos sociais dinâmicos”. Mesmo com um esforço para fugir do instrumentalismo por parte de alguns teóricos da criatividade, o que se consegue segundo Filho e Barros (2018) é no máximo uma ambiguidade entre instrumentalização e compreensão ontológica da criatividade.

## 2.5 Em busca de outra perspectiva teórica

Buscamos nos afastar da concepção pós-moderna e liberal de criatividade, defendida por teóricos da criatividade como (ALENCAR, 2010); (OLIVEIRA, 2010); (NOVAES, 2003); (CAMPOS, 2016); (ALENCAR; FLEITH, 2010); (FLEITH, 2019); (BRICENO, 1998); (NAKANO; WECHSLER, 2018) porque estas teorias não nos ajudam a compreender a realidade, ao contrário, confundem quando tenta justificar

as desigualdades e não superá-las. Também por ser uma perspectiva útil a burguesia, pois, reforça suas concepções de mundo visando manter a dominação e a exploração. Para tanto, nos pautamos pelos estudos de Vigotski (2009). Em sua obra *A Imaginação e a Arte na Infância* (1930) escreveu sua teoria sobre o processo cognitivo e a criatividade contrapondo a teoria de seu tempo de que a criatividade é apenas fator satisfatório resultante de imaginação e prazer. De acordo com Vigotski (2009) a atividade de combinar e criar são atributos essencialmente humanos que permite a objetivação de suas subjetividades, como resultado dos processos criativos. Esta capacidade se sustenta na combinação entre memória e desejo e, é movida pela necessidade de adaptação. De acordo com Filho; Barros (2018) mesmo que se encontre alguma semelhança entre as teorias modernas da criatividade e a concepção desenvolvida por Vygotsk devemos lembrar que o esforço inicial de Vigotski foi se contrapor à concepção liberal-burguesa de criatividade:

O que está no bojo das formulações de Vygotsky são as condições materiais que permitem o desenvolvimento cognitivo - e criativo - dos humanos e a assunção, como realidade inelutável, de que o modo de produção capitalista é injusto na distribuição de tais condições e oportunidades. Trata-se, portanto, de compreender o princípio ontológico do trabalho como o fundamento ético humano - de que a criatividade é um componente inextrincável. É curioso, portanto, que a instrumentalização da criatividade se dê inclusive na esteira do apagamento do trabalho como fundamento ético humano - e é justamente esse o esforço das teorias que compreendem a criatividade como o elemento central do mundo contemporâneo que se traduz nos debates acerca do chamado trabalho imaterial (FILHO; BARROS, 2018, p. 1504).

Assim tanto os teóricos do trabalho imaterial (NEGRI; GORZ, 2005) quanto os da teoria da criatividade já citados neste trabalho, tem em comum a compreensão da superação do trabalho material (segundo eles alienante e objetivo) pelo trabalho imaterial/intangível (segundo eles subjetivo e não alienante) que é o reino encantado da satisfação pessoal como expresso por Filho e Barros (2018):

(...) Os autores André Gorz (2005) e outros, partem de uma leitura bastante particular dos Grundrisse, de Marx (2011), para sustentar sua teoria: por ela, não seria mais o trabalho a razão da sociabilidade humana; ao contrário, para sustentar sua tese, a teoria invariavelmente se baseia no idealismo, aquele que compreende a vida humana e lhe fornece sentido apenas abstratamente e a partir do ponto de vista da abstração. Moto contínuo depreende-se que esferas do que a teoria marxiana entende como superestrutura - a política, a ética ou a linguagem - são compreendidas de forma estritamente autônoma em relação à vida material em geral, e muito

especificamente em relação ao trabalho. Mais ainda, segundo essa concepção, são as esferas ideais e apenas elas as capazes de fornecer à vida humana as soluções para os problemas, quase sempre materiais - e seguramente sempre vividos materialmente. (...) Com efeito, os teóricos do trabalho imaterial parecem conceber o trabalho como castigo e submissão a um poder alienígena - e, nesse caso, alheio a qualquer criatividade. (FILHO; BARROS, 2018, p. 1505).

Gorz coloca que a essência do trabalho imaterial (qualidades imaginativas e componentes imateriais) é diferente da essência do trabalho físico-material (dispêndio de tempo de trabalho). O conhecimento, principal força produtiva atual, seria uma capacidade social impossível de mensurar. Os processos de trabalho atuais exigem “o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas” (GORZ, 2005, p. 29). Esses elementos que Gorz explicita impõem um válido contraponto para uma teoria do valor com base na necessidade de quantificação dos processos de trabalho. Como quantificar todas essas frações imateriais do processo de trabalho? Nos termos utilizados pelo autor: “o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15 apud SANTOS, 2018, p. 27).

Cria-se o consenso de que o trabalho material medido por unidades de tempo foi ultrapassado pela produção do imaterial ao qual o conhecimento, principal força produtiva atual, seria uma capacidade social impossível de mensurar.

Não explicam, no entanto, que nas relações de produção contemporânea onde o capital está globalizado, o processo de produção do imaterial tem por objetivo gerar lucro e, que, portanto, o resultado dessa atividade de produção gera a mais-valia. A perspectiva equivocada gera por parte dos teóricos do imaterial um consenso de que na contemporaneidade, os meios de produção não seriam privados, uma vez que, no modelo de produção pós-moderno o principal insumo é o conhecimento e a capacidade criativa e isso pertence aos sujeitos e não ao capitalista. Como regra não se problematiza que o conhecimento e a criatividade não se dão de forma espontânea e que são necessárias condições materiais concretas para a sua realização, do trabalho imaterial, como acesso a educação pública e de qualidade, acesso a eventos e instituições culturais e, acesso as ferramentas tecnológicas, internet, etc. e que em uma sociedade desigual e de classe essas condições são negadas a uma parcela significativa da população.

### 2.5.1 Criatividade, trabalho e educação uma discussão na perspectiva histórico-materialista

Em contraposição as teorias que colocam o conhecimento e a criatividade como central para na contemporaneidade, sem discutir a criatividade vinculada ao processo histórico da atividade de trabalho que humanizou o homem. Apresentamos no próximo capítulo o conceito de criatividade, trabalho e Educação na perspectiva histórico materialista de Vigotski (2009); Karl Marx (1867); Friederich Engels (1999) e Jose Paulo Neto (2006). Fundamentada em Vigostki, afirmamos que todos os sujeitos possuem capacidade criativa e, é através da experiência social coletiva que podemos enriquecê-la e desenvolvê-la. Dessa forma, quanto mais acesso aos bens culturais e tecnológicos os sujeitos estiverem submetidos, mais ricas serão suas experiências, maior e mais efetivo será o desenvolvimento/aprimoramento dessa capacidade nos sujeitos. De acordo com a concepção de Vigotski (2009), as funções mentais superiores do homem, onde se inclui a criatividade, são frutos de um contexto cultural e são determinadas por uma instância sócio histórica. Dessa forma entre criatividade e cultura, há um vínculo direto, de forma que, a cultura gera a criatividade e determina suas características básicas. Assim, de acordo com Pereira (1998, p. 12) “O domínio sócio-histórico-cultural passa a ser o palco de onde surge a criatividade, a partir da interação entre o sujeito e o meio”, e por isso, de acordo com o autor, na perspectiva de Vigotski (2009), seria um erro definir se um indivíduo é criativo ou não apenas a partir de seu desempenho individual:

As características que compõem o fenômeno da criatividade são dadas pelas experiências de vida de cada sujeito em seu cenário sócio-histórico-cultural. Articulando as noções de desenvolvimento, cultura e criatividade, podemos sintetizá-las numa ideia que retrata a posição vygotskyana: o processo de desenvolvimento da criatividade é determinado pelo contexto cultural ao qual pertence o sujeito agente do ato criativo. Sua expressão criativa individual reflete a influência do coletivo, é obra do grupo, da dimensão social, onde ele, como agente, apenas exteriorizou o desejo, necessidade ou pensamento oriundo e emergente da cultura. Vygotsky valoriza o contexto sócio-histórico-cultural de forma única e particular. Nesta perspectiva, buscar a criatividade no indivíduo ou nos seus produtos torna-se uma opção sem sentido. Concluimos, então, que a criatividade não está somente nestas instâncias, não pertence apenas ao sujeito ou se expressa somente em seus produtos e obras. A variável ambiente passa a ter caráter determinante, uma vez que a criação passa a ser vista como resultado de interações complexas entre os elementos internos e externos ao sujeito que cria. O fenômeno criativo é ampliado e segundo Vygotsky (1987), se liberta

da concepção vulgar que julga a criatividade como atributo de alguns poucos iluminados, desconsiderando a capacidade criativa presente no homem comum (PEREIRA, 1998, p. 12).

### 2.5.2 A concepção de Vigotski sobre a criatividade

Vigotski concebe a criatividade como atividade criadora, que tem por base a imaginação e se manifesta em todos os campos da vida cultural possibilitando a criação artística, científica e a técnica. Dessa forma, “tudo que nos cerca foi feito pelas mãos do homem, todo o mundo cultural diferentemente do mundo natural é produto da imaginação e da criação humana que nela se baseia” (VIGOTSKI, 2009, p. 14):

(...) O cérebro não é apenas um órgão que conserva e reproduz nossa experiência anterior, mas também, o que combina e reelabora de forma criadora, elementos da experiência anterior erigindo novas situações e novo comportamento. Se a atividade do homem se restringisse a mera reprodução do velho, ele seria um ser voltado somente para o passado, adaptando-se ao futuro apenas na medida em que este reproduzisse aquele. É exatamente a atividade criadora que faz do homem um ser que se volta para o futuro, que cria e que modifica seu presente (VIGOTSKI, 2009, p. 16).

(...) Vygotsky (1997, p. 39) considera a função criadora antes uma regra que uma exceção, e cita a famosa passagem de Marx, na qual ele escreve que uma aranha executa operações parecidas com as de um tecelão e que as caixas suspensas das abelhas poderiam envergonhar os mestres-de-obras/arquitetos. Mas o pior desses profissionais, antes de executar a construção, tem-na projetada em seu cérebro; o trabalho externo brota de algo que já existe em sua mente – o que não ocorre com outros seres. Vygotsky vale-se dessa passagem para tratar da consciência. Esta não é uma soma de funções psicofisiológicas, mas uma função que se constrói historicamente de fora para dentro; que parte da experiência histórica, social, para a constituição da experiência individual, numa direção de interpsicológica a intrapsicológica. O homem não tem delimitado em seus genes a qualidade de suas atividades, nem um repertório que o leve a elaborações tão precisas como as da aranha e da abelha; é a sua relação com o mundo que o torna criativo e, por isso, humano, perpetuando pela via da educação as suas conquistas, a sua consciência (BARROCO; TULESKI, 2007, p. 17).

De acordo com Vigotski (2009, p. 16) a atividade criadora não se limita as grandes invenções e genialidades artísticas, na vida cotidiana, a criação é condição necessária da existência, e tudo que ultrapassa os limites da rotina, deve sua origem ao processo de criação do homem. Partindo deste entendimento, Vigotski (2009)

nota que os processos de criação manifestam-se com força, já na infância e é expresso por meio das brincadeiras. Em cada fase etária desenvolvem-se processos diferentes de criação/criatividade/atividade criadora diferente, sendo a questão da criação na infância, do desenvolvimento e do significado do trabalho de criação para o desenvolvimento geral e o amadurecimento da criança de grande importância para a Psicologia e Pedagogia infantis. Sobre o desenvolvimento da criatividade o autor demonstra a relação de dependência entre a criação o meio e as desigualdades de acesso a bens e experiências culturais o que resulta em uma discrepância em relação ao número de inovadores entre as classes sociais:

Qualquer inventor, mesmo um gênio, é sempre fruto do seu tempo e do seu meio. Sua criação surge das necessidades que foram criadas antes dele e, igualmente, apoia-se em possibilidades que existem além dele. Eis por que percebemos uma coerência rigorosa no desenvolvimento histórico da técnica e da ciência. Nenhuma invenção ou descoberta científica pode emergir antes que aconteçam as condições materiais e psicológicas necessárias para o seu surgimento. A criação é um processo de herança histórica em que cada forma que sucede é determinada pelas anteriores. Dessa maneira também explica-se a distribuição desproporcional de inovadores e de pessoas criadoras em diferentes classes. As classes privilegiadas detêm um percentual incomensuravelmente maior de inventores na área da ciência, da técnica e das artes porque é nessas classes que estão presentes todas as condições necessárias para a criação. (...) Por mais individual que seja qualquer criação, ela sempre contém um coeficiente social. Nesse sentido, nenhuma invenção será estritamente pessoal, já que sempre envolve algo de colaboração anônima (VIGOTSKI, 2009, p.42).

Segundo Vigotski (2009) sobre as condições e as possibilidades da criação humana, é na trama social com base no trabalho e nas ideias dos outros, nomeados ou anônimos, que se pode criar e produzir o novo. De acordo com Barroco e Tuleski (2007, p. 16) “há uma relação direta entre o conceito de atividade criadora desenvolvida por (VIGOTSKI, 2009) e o conceito de atividade planejadora ou racional desenvolvido por (KARL MARX, 1867)”. Vigotski contrapondo-se a psicologia naturalista de sua época embasa seus estudos no materialismo histórico dialético, e desenvolve o conceito de atividade (atividade criadora) relacionando as bases materiais da existência, referindo-se à atividade humana conscientemente orientada, ou seja, em convergência com o conceito de atividade de trabalho desenvolvido por Karl Marx (2013):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 327).

E pela atividade criadora e transformadora do trabalho, visando atender suas necessidades, se faz homem.

Vigotski (2009) ao abordar a criatividade, remete-a diretamente à imaginação, que é à base da atividade criadora, dessa maneira, não existe ato criador sem a imaginação, de forma que a realidade é fruto da imaginação humana e da criação baseada nessa imaginação. Assim, a atividade criadora, se revela nas grandes invenções, mas também, nas atividades do cotidiano, ou seja, em toda atividade humana onde exista imaginação. Salienta Oliveira e Lima (2017, p. 1402) que na vida cotidiana existem todas as condições necessárias para criar, todos os objetos do nosso cotidiano, incluindo os mais simples e habituais correspondem à concretização da imaginação. Segundo Vigotski (2009, p. 20) a fantasia se constrói sempre a partir dos materiais extraídos do mundo real, dessa forma, todo ato imaginativo é composto de elementos repletos da realidade e extraídos da experiência em uma nova combinação. Nessa perspectiva, a escola pode vir a ser um local privilegiado para uma formação criativa (no sentido ontológico), pois, no contexto de educação formal e presencial os sujeitos históricos com sua heterogeneidade cultural, socializam suas experiências combinando e produzindo novos conhecimentos. Disponibilizar meios que ampliem a experiência cultural, social e cognitiva do sujeito, logo na Educação Infantil, é função da escola pois quanto mais elementos da realidade estiverem à disposição na sua experiência, mais notável será a imaginação e, mais promissor será o desenvolvimento da criatividade (OLIVEIRA; LIMA, 2017). Dessa forma sobre a relação imaginação e realidade, Vigotski (2009), postula que:

(...) Nesse sentido, a imaginação adquire uma função muito importante no comportamento e no desenvolvimento humano. Ela transforma-se em meio de ampliação da experiência de um indivíduo, porque tendo por base a narração ou descrição de outrem, ele pode imaginar o que não viu, o que

não vivenciou diretamente em sua experiência pessoal. A pessoa não se restringe ao círculo e a limites estreitos de sua própria experiência, mas pode aventurar-se para além deles, assimilando, com ajuda da imaginação a experiência histórica ou social alheias. Assim configurada, a imaginação é uma condição totalmente necessária para quase toda atividade mental humana (ViGOTSKI, 2009, p.25).

Reforçamos que na perspectiva histórico cultural a criatividade é intrínseca a atividade humana:

Note-se, portanto, que a faculdade de transformar intencionalmente os elementos da realidade é a principal característica do gênero humano. Eis aqui o caráter que defendemos como *ontologicamente criativo* do gênero humano, fundamental ao posterior entendimento da manifestação da criatividade em termos individuais. A natureza histórico-cultural do gênero humano (produtor e transformador intencional de si mesmo através de seus bens e conhecimentos socialmente plasmados) é, necessária e ineliminavelmente, *criadora*. Assim sendo, toda e qualquer atividade humana que transforme intencionalmente materiais e qualquer natureza, é, necessária e essencialmente, *criatividade* (ZORZA; BASSO, 2001, p. 9).

Diferente dos outros animais o homem não se adapta a natureza, mas o contrario, transforma intencionalmente a natureza para atender suas necessidades. Essa atividade de transformação é entendida na teoria marxista como a atividade humana, que se conceitua *trabalho*. Zorza e Basso (2001, p.10) afirmam: “sendo a criatividade e seus processos compreensíveis do ponto de vista do estudo da atividade transformadora humana, torna-se evidente, a identificação entre a faculdade humana que denominamos eufemisticamente criatividade e a atividade transformadora do trabalho, como um único e mesmo processo”.

A seguir trataremos sobre a relação saber e fazer, como característica do trabalho humano como defendemos. Como indica (ZORZA; BASSO, 2001, p.10) “além do saber-fazer, é necessário saber para quê e por que fazemos. Já que a sociedade atual encontra-se calcada na exploração do trabalho, sendo crucial, perguntemos também para quem produzimos e com que fim”.

### **2.5.2.1 Trabalho**

Consideramos o Trabalho como atividade humana, intencional, de interação com a natureza e central para a compreensão da transformação humano-social. Trataremos sobre esta categoria, a partir das análises e perspectiva teórica de Karl

Marx (2013); Freiderich (1999) José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006) que entendem o trabalho como, atividade de transformação da natureza para satisfação das necessidades humanas, nesse intercambio, o homem acaba por transformar a si próprio. Afastando-se cada vez mais da sua condição natural ao passo que desenvolve sua natureza social. Essa perspectiva histórico-materialista sobre o trabalho apresenta a possibilidade de outras reflexões e análises, sobre as relações sociais concretas de produção da vida na logica capitalista, em que se situa a Economia e Indústrias Criativas.

Segundo os autores citados, ao transformar a natureza o homem vai transformando a si mesmo, se constituindo como ser social, essa atividade de transformação chama-se trabalho. O trabalho é a atividade que distingue o homem dos outros animais, pois à medida que o homem transforma a natureza buscando satisfazer suas necessidades acaba por se afastar da sua própria natureza (condição natural/biológica). Outros animais se adaptam ao meio, apresentam certa organização, mas estabelecem uma relação imediata entre animal e meio ambiente (numa relação direta os animais atuam/agem sobre a matéria natural) e satisfazem suas necessidades biologicamente estabelecidas (NETTO; BRAZ, 2006, p.30). Já o homem não se adapta ao meio, ao contrario disso, para garantir sua sobrevivência transforma intencionalmente o ambiente por meio da atividade do trabalho, que diferente de outras atividades de subsistência (a das abelhas, por exemplo) não ocorre de forma imediata, mas ao contrário, ela exige instrumentos, habilidades e conhecimentos que se adquirem por repetição e experimentação e se transmite mediante aprendizado. As formas de atendimento dessas necessidades não são fixas nem invariáveis ao contrario são variáveis e implicam o desenvolvimento de novas necessidades. De acordo com Netto e Braz (2006, p.31):

Essas características do trabalho não são próprias das atividades determinadas pela natureza, configuram em relação a vida natural, um tipo novo de atividade, exclusivo de uma espécie animal que, precisamente por essa prática, diferencia-se e distancia-se da sua natureza. Essa atividade, quando inteiramente desenvolvida, é o trabalho.

De acordo com Engels (1999) podemos afirmar que “o trabalho criou o próprio homem”, ou seja, pela ação do trabalho o macaco transformou-se em homem. “Há

centenas de milhares de anos, durante o período terciário, vivia uma raça de macacos, antropomorfo extraordinariamente desenvolvido, ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar funções distintas das dos pés” (ENGELS, 1999, p.1). Desta forma acostumaram-se a não fazer uso de suas mãos ao caminhar pelo chão, adotando uma posição cada vez mais ereta, o que foi decisivo para a transição do macaco ao homem. As mãos agora tinham outras funções, segundo Engels:

A mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração. Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida (ENGELS 1999, p. 2).

Entretanto, a mão não existia independente do corpo e o que beneficiava a mão beneficiava também todo corpo. O aperfeiçoamento gradual da mão do homem e a posição ereta exerceram influencia sobre outras partes do organismo. Segundo Engels (1999) o homem é o animal mais social de todos. Assim, no “desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade” (ENGELS, 1999, p. 3). Em certo momento, houve então a necessidade de os homens se comunicarem, o que levou ao desenvolvimento da laringe que foi se transformando mediante modulações e modulações mais perfeitas enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro, desenvolve-se a linguagem, a partir do trabalho e pelo trabalho (ENGELS, 1999). Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano, com o desenvolvimento do cérebro desenvolve-se também os órgãos do sentido (ENGELS, 1999, p. 3). Em síntese:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade (ENGELS, 1999, p. 4).

Segundo Engels (1999, p. 5) “Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados”. De tal maneira que o trabalho além de se diversificar se aperfeiçoava de geração em geração e estendia-se cada vez mais a novas atividades:

A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo (ENGELS, 1999 p. 5, 6).

O homem então, além de transformar a natureza, domina-a a partir de um acúmulo de experiências e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Engels (1999, p. 7) afirma que “pertencemos à natureza e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada” assim esclarece:

(...) estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e

mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, ideia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo (ENGELS, 1999, p. 7).

Segundo Engels (1999), conhecer as consequências sociais indiretas e mais remotas de nossos atos na produção, nos permite estender também a essas consequências o nosso domínio e o nosso controle, entretanto, de acordo com Engels (1999, p. 8) “todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata”. Sem se dar conta das consequências remotas, que só surgem mais tarde por um processo de repetição e acumulação gradual:

A primitiva propriedade comunal da terra correspondia, por um lado, a um estágio de desenvolvimento dos homens no qual seu horizonte era limitado, em geral, às coisas mais imediatas, e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva. Ao esgotar-se o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. (...) Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista (ENGELS, 1999, p. 8).

Dessa forma, a atividade do trabalho passa a ser subordinada ao capitalista que compra a força de trabalho visando produzir valor e mais-valor. Segundo Marx (2013, p. 326) “O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador”. Conforme Marx (2013, p. 328) os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. (...) Quando, ao contrário, o

próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (...) O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito (MARX, 2013, p. 328).

Sendo assim conforme Marx (2013), o objeto de que o trabalhador se apropria de imediato é não o objeto, mas, o meio de trabalho, a própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho. Antes de começar, o processo de trabalho já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Segundo Marx (2013, p. 329) “O uso e a criação de meios de trabalho é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como “a *toolmaking* animal”, um animal que faz ferramentas”. Afirma também que “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, com que meios de trabalho”. Podemos fazer relação com a narrativa idealista e deslumbrada dos teóricos do imaterial e suas interpretações sobre as relações sociais e o modo de produção na sociedade contemporânea capitalista, que anuncia como principal característica desse tempo, à cisão/superação entre trabalho material e imaterial a partir da produção de bens e serviços intangíveis.

Desta forma segundo Marx (2013), no processo de trabalho, com a ajuda dos meios de produção o homem opera uma atividade de transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade pré-estabelecida. O produto desse processo é um valor de uso<sup>10</sup>, um material natural adaptado às necessidades humanas através da transformação de sua forma, ou seja, “O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser” (ver MARX, 2013, p. 330-334). Na medida em que seu meio

---

<sup>10</sup> A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Ver Marx (2013, p. 158).

e objeto são eles próprios produtos, o trabalho digere produtos a fim de criar produtos, ou consome produtos como meios de produção de outros produtos. O capitalista consome então, a mercadoria que ele comprou a força de trabalho e faz com que o trabalhador consuma os meios de produção mediante seu trabalho. Neste processo de consumo da força de trabalho, por parte do capitalista de acordo com Marx (2013) o processo de trabalho revela dois fenômenos:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. Este cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. (...) Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. . Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido (MARX, 2013, p. 336-337).

A partir deste momento, o valor de uso de sua força de trabalho, pertence ao capitalista. Segundo Marx (2013) mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, vivo, aos elementos mortos que constituem o produto que lhe pertencem. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, e coisas que lhe pertencem, assim, o produto desse processo lhe pertence. Sendo assim, de acordo com Marx (2013) a propriedade do capitalista – é um valor de uso. Na produção de mercadorias, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca<sup>11</sup>. Trata-se de duas coisas:

Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (MARX, 2013, p. 338).

---

<sup>11</sup> O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço .Ver, Marx ( 2013, p. 158).

Marx (2013) afirma que “o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isso vale também para o produto que reverte para o capitalista como resultado do processo de trabalho” (MARX, 2013, p.338). Através do estudo do capítulo V do *Capital* (2013) podemos compreender em Marx, como são definidas as categorias, trabalho, valor, mais-valor e como ocorre o processo de exploração da força de trabalho para a extração da mais-valia no sistema capitalista de produção. Conforme aponta Santos (2012, p.147):

No curso de seu desenvolvimento, o capital, promove alterações na sua composição promovendo desenvolvimento técnico, visando índices maiores de produtividade do trabalho e a decorrente maximização da extração de mais-valia. Aumentar a produtividade do trabalho resulta, sobretudo, “no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (MARX, 2008a, p. 726). Esta é “uma tendência constante”, um “impulso imanente” do capital. (MARX, 2006, p. 370). No entanto, além do evidente êxito econômico, a alteração dos meios de trabalho no capital promove uma ação política visando à diminuição e o controle do potencial reivindicatório dos trabalhadores. Em suma, “todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor” (MARX, 2008a, p. 749), caracterizando um avanço do capital sobre o trabalho.

Ou seja, enquanto a produção se der sob o domínio do capital, os processos de modernização e inovação no modo de produzir terão sempre como marca a exploração da força de trabalho e como objetivo a produção da mais-valia. Através dos estudos de Vigotski (2009) Marx (2013); Engels (1876); Netto (2006); compreendemos a criatividade em seu sentido ontológico, como atividade criadora sinônimo da atividade transformadora do trabalho. Atividade pela qual o homem objetifica suas necessidades e desenvolve-se como ser social. Um ser que ao contrário dos demais necessita produzir sua existência e o faz de forma mediada, pelo uso de ferramentas que ele mesmo desenvolve na atividade intencional, e planejada de transformação da natureza. Compreendemos como as relações de produção da vida no sistema capitalista, afastam o homem de atribuir sentidos, o trabalho que é a atividade pela qual ele se desenvolve como ser integral, passa a ser uma atividade de estranhamento tendo em vista que os meios para a sua

realização são privados, e o capitalista o dono da força de trabalho que a emprega a fim de gerar mais-valor<sup>12</sup>.

(...) O trabalhador é reduzido, portanto, a um possuidor de uma mercadoria – a saber, sua própria capacidade de trabalho, um conjunto de disposições físicas e mentais que serão postas em marcha pelo e para o capital, isto é, para a produção de riqueza objetiva (SANTOS, 2013, p.31).

Para formar o trabalhador, a educação na organização econômica capitalista, deve servir como um instrumento a serviço do capital. De acordo com as demandas do mercado (essas demandas formativas mudam conforme o contexto histórico e social de cada época e lugar). O empresariado diz qual perfil de profissional é necessário formar e, cabe às escolas e universidades (espaço da educação formal) desenvolver e/ou adaptarem seus currículos de acordo com as competências (desejáveis em cada época) para tornar os sujeitos empregáveis e/ou competitivos para o mercado de trabalho. De acordo com Mészáros (2010, p. 46) “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”. Para isso a educação passa por reformas, que mantém o Status Quo, na sociedade capitalista. Segundo Mészáros (2010) para romper com a lógica capitalista na área da educação há de se confrontar e alterar fundamentalmente o sistema de internalização com suas dimensões visíveis e ocultas. Equivaleria assim à “substituição das formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta e abrangente” (MÉSZÁROS, 2010, p. 47). Para tanto, é preciso perceber que a educação esta atrelada ao modo de produzir a vida e, no sistema capitalista de produção, a educação não visa à transformação do modelo de produção vigente, que é baseado em exploração, expropriação e alienação do trabalho, portanto, “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionado instrumentos de pressão que rompam com a lógica massificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 48):

---

<sup>12</sup> Ver Marx, ( 2013, p 311).

(...) contra uma concepção tendenciosamente estreita da educação e da vida intelectual, cujo objetivo obviamente é manter o proletariado no “seu lugar” Gramsci argumentou, enfaticamente, há muito tempo que (...) não há nenhuma atividade humana na qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *homo faber* não pode ser separado do *homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual, ele é em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele compartilha uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral e, portanto, contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento (GRAMSCI, 1957, p.121 *apud* MEZAROS, 2010, p. 49).

Com isto, queremos colocar em perspectiva a discussão sobre a possibilidade de mudança radical na organização social vigente e para tanto, como apontou Mészáros (2010, p. 53) “é através da mudança no modo de internalização (agora opressivo) que o domínio do capital pode e será quebrado”. Por isso a educação assume um papel fundamental para mudar as condições objetivas de reprodução e segundo Mészáros (2010, p. 65) para a “automudança consciente dos indivíduos na concretização e criação de uma ordem social radicalmente diferente, por isso, na concepção marxista a efetiva transcendência da auto alienação do trabalho seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional”.

#### **2.5.2.2 Educação**

De acordo com Vigotski (2009), quanto mais elementos da realidade dispomos mais rica é nossa experiência e, mais desenvolvido será nosso potencial criativo. A escola como espaço de formação humana contribui para a construção e ampliação dos repertórios culturais, sociais e cognitivos. É um espaço privilegiado pela heterogeneidade dos sujeitos que, em interação com seus pares e com o meio, desenvolvem e compartilham novos conhecimentos. Tem como função social, transmitir os conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história, é o espaço do saber sistematizado. No entanto a escola enquanto instituição social não é neutra e atua na produção e reprodução da conformidade/subjetividade social, na sociedade de classe no contexto capitalista de produção, ela atua através de seus mecanismos e processos de seleção e exclusão dos mais pobres (de capital econômico e/ou social-cultural). Na contemporaneidade as teorias da imaterialidade e criatividade embasam autores que afirmam que a escola para ser capaz de

oferecer uma educação criativa, precisa mudar se abrir para o novo mundo, mas para isso precisa rever suas práticas:

Salienta-se a necessidade de compreender o desenvolvimento da criatividade na escola como uma operação que ultrapassa o meramente cognitivo: trata-se de uma operação de interação com o contexto sócio-histórico, e que a escola, em geral, tem esvaziado e banalizado as práticas de criatividade, inclusive porque, tradicionalmente, está (...) “voltada excessivamente para o passado, enfatizando a reprodução de conhecimento e a memorização dos ensinamentos” (OLIVEIRA; ALENCAR, 2010, p. 246 *apud* FILHO; BARROS, 2018, p.1509).

Sem discutir a relação entre educação e os modos de produção na economia capitalista reforça-se, a visão tecnicista/utilitarista sobre a educação, o papel que a escola precisa adotar (um conjunto de instrumentos como currículo, métodos e modelos pedagógicos) para desenvolver a criatividade dos alunos, afim de, atender a demanda gerada pelo mercado de trabalho que neste momento (século XXI) é por profissionais criativos, que saibam resolver problemas, trabalhar em coletivo e ser flexível, esse modelo de educação voltado a atender as demandas do mercado não é novidade Segundo Motta (2007):

O receituário economicista e tecnicista de educação, veiculados pela teoria do capital humano dos anos 1960-70, que submetem o conjunto dos processos educativos escolares ao imediatismo da formação técnico-profissional restrita, nos anos 1980, vai implementar a formação do cidadão e do trabalhador de novo tipo integrado à “sociedade do conhecimento”. Demanda-se a ampliação da escolaridade da população, priorizando uma educação básica “de qualidade” e a qualificação tecnológica do trabalhador. Novos conceitos são incorporados para dar coerência às mudanças políticas: flexibilidade, competitividade, qualidade total, empregabilidade. Esses conceitos vão exercer influência direta na educação, operando um crescente consenso em defesa da educação básica de qualidade. O indivíduo passa a ser um consumidor de conhecimentos para desenvolver as competências e habilidades necessárias à competição no mercado de trabalho (MOTTA, 2007, p. 42).

Motta (2007) afirma ainda que a educação no contexto da mundialização (globalização) é um meio de potencializar a produtividade e a competitividade entre mercados:

“Educar para o emprego” – essa foi a premissa alterada na teoria do capital humano, segundo Gentili (2002). O conceito de “empregabilidade” é posto dissociado do direito à educação, e vai articular e dar coerência a um conjunto de políticas apresentado como fundamental na superação da crise do desemprego dos anos 1980-90, pregando a necessidade de dinamizar o mercado, através da redução dos encargos patronais, da flexibilização trabalhista e da formação profissional permanente (MOTTA, 2007, p.42).

Segundo essa linha e, de acordo com os teóricos da criatividade em convergência com os do imaterial destacam que a Universidade publica também precisa se aproximar das necessidades do mercado, segundo Fleith e Alencar (2010):

(...) também de fundamental importância é o fomento de uma cultura universitária que dê maior valor ao desenvolvimento e expressão do potencial criativo do estudante, não se atendo apenas a formas tradicionais de desenvolvimento acadêmico (JACKSON, 2006b). (...) A criatividade constitui-se também em fator fundamental para a inovação e consequente sucesso das organizações. Ela tem sido considerada como elemento crítico para a sobrevivência da grande maioria de empresas, tendo em vista os desafios gerados pela globalização, crescente competição e ritmo acelerado de mudanças. Tais fatores pressionam o setor empresarial a inovar de forma mais rápida, o que requer um melhor proveito dos recursos disponíveis, em especial da criatividade de seus recursos humanos. Como sinaliza Smith-Bingham (2006), a prosperidade futura dos países depende de forma crescente de sua capacidade de inovar, ou seja, de transformar ideias em novos produtos e serviços, desenvolver novas tecnologias e formas de produção, introduzir produtos e serviços em novos mercados e ainda, em contexto global, enfrentar os inúmeros desafios do planeta, nas áreas de saúde, educação e trabalho. É por esta razão que vários países têm buscado incluir a criatividade como uma prioridade política, promovendo o seu fomento na educação formal, em indústrias e outros tipos de organizações (STROM; STROM, 2002; JACKSON, 2006<sup>a</sup> *apud* FLEITH; ALENCAR, 2010, p. 211).

Segundo Fleith; Alencar (2010); apesar da importância da educação superior para o fomento da criatividade, se da pouca importância ao seu desenvolvimento nos processos de ensino e aprendizagem, neste contexto segundo a autora, o mais comum é a presença de propostas curriculares voltadas unicamente para a transmissão do conhecimento. Ainda segundo as autoras na pós-graduação a situação não é diferente. Professores e alunos consideram a criatividade fundamental para o desenvolvimento da pós-graduação. Por outro lado, avaliação de programas de pós-graduação, aulas repetitivas e burocracia foram apontadas como barreiras. Para promover a criatividade, seria então necessário, adotar um currículo flexível e interdisciplinar, e, destaca que acreditar nas habilidades criativas dos estudantes e “capacitá-los para realizar seu potencial pode ser a próxima agenda acadêmica dominante”. O mercado necessita profissionais criativos, nesse caso observa-se a necessidade de formação e treinamento constante dos trabalhadores, o que segundo Garcia (2018, p.19) resulta em cursos informais na maioria das vezes, oferecido pela iniciativa privada e alguns programas do governo para o

incentivo e qualificação dos profissionais que irão atuar na economia criativa. Estas mudanças na forma de organizar o trabalho também refletem em certas mudanças curriculares transformações porque passam o ensino regular. Reflete-se a partir do exposto sobre as reformas na educação, apresentadas verticalmente, que ignoram as necessidades dos alunos e, consideram apenas o que o empresariado solicita. Podemos citar como exemplo, a reforma do ensino médio apresentada por medida provisória a MP 746/16, que modificou a estrutura curricular do ensino médio através da reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para as competências socioemocionais, e provocou um movimento de resistência por parte dos estudantes que se opunham a reforma de caráter impositivo. Como exemplo mais recente, podemos citar o programa do Governo Federal, Future-se lançado em 2019, que visa o desmonte da universidade pública. Segundo informações disponíveis no Portal do Ministério da Educação, o programa “tem o objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento a captação de recursos próprios e ao empreendedorismo” e também vai valorizar o professor com base no empreendedorismo:

O programa prevê o incentivo ao viés empreendedor dos professores a partir da consolidação de startups no ambiente universitário. No Future-se, os docentes poderão entrar como sócios ou coautores de projetos e aumentar a renda. Além disso, eles também poderão receber prêmios em dinheiro por publicação em períodos reconhecidos internacionalmente (MEC, 2020).

Podemos estabelecer uma relação entre o discurso caloroso por parte dos teóricos, autores e documentos pesquisados sobre a Economia e Indústrias Criativas, e a necessidade de formar profissionais criativos, flexíveis, “resolvedores” de problemas que trabalham coletivamente/ em rede, que dominam a tecnologia, etc. e as reformas educacionais citadas na perspectiva liberal de educação com viés tecnicista que se alinha a agenda econômica do capital global e tem total interesse na instrumentalização de uma educação criativa para a formação da classe trabalhadora. Talvez por isso, o Projeto de Lei *Future-se* tenha como foco o empreendedorismo reduzindo o papel da universidade a criação de empresas Junior atendendo assim as demandas do capital. Em contrapartida, trouxemos outro conceito de criatividade (VIGOTSKI, 2009) e trabalho (MARX, 1867) para ampliarmos as discussões sobre uma formação criativa que recuperasse o sentido

ontológico do ser social histórico e integral, que pela atividade criadora do trabalho aprende, se desenvolve e humaniza-se. Nesse sentido resgatamos aqui a concepção de trabalho como principio educativo (CIVIATTA, 2009) e da educação politécnica que nos ajuda apensar outras formas de produzir nossa existência. Segundo Ciavatta (2009) o trabalho como principio educativo diz respeito à relação entre trabalho e educação “no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora”. Situado no campo do materialismo histórico, “parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade” (MARX, 1979 *apud* CIAVATTA, 2009). Já a educação politécnica tem por objetivo a formação humana, em todos os seus aspectos, físico, mental, intelectual, prático, laboral, estético, político, combinando estudo e trabalho. Tendo em vista a compreensão da unidade trabalho e educação e suas especificidades, defendemos o trabalho como principio educativo e a concepção de educação tecnológica e politécnica em Marx:

O Manifesto Comunista (MARX, 1998) é claro quando recomenda: “educação publica e gratuita para todas as crianças. Abolição do trabalho infantil nas fabricas na sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc” (p.31). Em O Capital, Marx (1980) explicita a ideia de educação politécnica ou tecnológica: “do sistema fabril, brotou o germe da educação do futuro que combinará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginastica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos”( MARX, 2013 p.678).

Em nossa concepção esta seria a possibilidade de uma formação/educação criativa, que conduza a reflexão e questionamento sobre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter alienante que o trabalho e a educação assumem no modelo de produção capitalista. Nessa condição de acordo com Ciavatta (2009) o trabalho não é necessariamente educativo, pois, conduz a formação de uma classe trabalhadora expropriada dos benefícios da riqueza social e dos saberes que desenvolve, e pode assumir formas degradantes. Defendemos o trabalho como principio educativo justamente por nos contrapor a uma visão que reduz a formação a treinamento para o mercado de trabalho (CIAVATTA, 2009).

### 3 UMA REVISÃO NECESSÁRIA SOBRE O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E A PRODUÇÃO DE MAIS-VALOR NA ECONOMIA DO IMATERIAL

Como vimos no capítulo 1 e 2 atualmente os discursos calorosos sobre a superação do trabalho alienado, ignoram os inúmeros modelos e formas de como ser criativo, empreendedor e inovador na contemporaneidade. Esses modelos limitam e enquadram o sujeito que deve aprender a ser criativo. A privação das condições objetivas de produção da vida e o estranhamento causado pela falta de liberdade na forma de produzir na lógica do capital, não são discutidas pelos teóricos do imaterial. Esses teóricos afirmam que a teoria marxista sobre o trabalho não alcança (da conta de explicar) a nova dinâmica de produção imaterial na sociedade contemporânea. Santos (2013) tomando como base para seus estudos *O Capital de Marx*, analisa as categorias marxianas, partindo do trabalho produtivo e, demonstra os equívocos por parte dos teóricos do imaterial, que acreditam na superação de categorias como valor e mais valia:

Na obra "*O Imaterial*", Gorz tece várias críticas a determinados elementos teóricos marxianos. O mundo contemporâneo indicaria uma crise do conceito de valor e de outras categorias marxianas: "o caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de 'sobretalho' e 'sobrevvalor'" (GORZ, 2005, p. 30). Segundo as teorizações do autor, o conceito de valor indica sempre o sentido de valor de troca em relação à proporção da troca de mercadorias umas pelas outras. O valor é tratado somente sob o prisma da quantificação e das relações mensuráveis. Valor consiste em grandezas quantitativas. Após fazer referência a um trecho de *O Capital*, Gorz afirma: "o valor sempre vem a ser expresso apenas na relação de equivalência entre mercadorias diferentes, isso é, como grandeza do valor." (GORZ, 2005, p. 30). A teoria do trabalho imaterial enxerga em Marx o que aqui chamamos de quantitativismo da teoria do valor: segundo eles, na explanação teórica marxiana o valor teria a necessidade de se manifestar em mercadorias físico-materiais mensuráveis, com a possibilidade de quantificação. Nesses termos, trabalho produtor de mais-valia seria apenas o trabalho físico-material. Segundo Negri e Lazzarato, o trabalho imaterial demarcaria o definimento da teoria marxiana do valor-trabalho. Mais do que isso, o trabalho imaterial carregaria elementos que indicam a superação das relações capitalistas na produção atual, o que incide e outros pontos de crítica à teoria marxiana do valor. Nos referidos autores, a tentativa de refutar a validade explicativa da teoria do valor na questão do trabalho imaterial está intimamente relacionada com a interpretação segundo a qual o trabalho imaterial possui características de superação do capitalismo e

suas leis fundamentais. Na ótica de Lazzarato, a “crise do valor trabalho” daí decorrente “é também a crise do capitalismo” (LAZZARATO, 2001b, p. 73 *apud* SANTOS, 2013, p. 29).

Santos (2013) compreende o trabalho imaterial no contexto capitalista contemporâneo constatando a pertinência da teoria de Karl Marx no debate teórico sobre o trabalho imaterial. O autor demonstra que não há independência do trabalho intelectual mediante o domínio capitalista. Por mais que ele esteja separado dos trabalhadores manuais, ele exerce funções produtivas segundo a definição de trabalho produtivo no capitalismo, uma vez que é trabalho produtor de mais-valia (SANTOS, 2013, p. 144, 145). Concordamos com Santos ao concluir que:

O trabalho imaterial no capitalismo não pode ser analisado à parte do processo de dominação, exploração e valorização do capital às custas da força de trabalho, um processo cíclico e contínuo de busca de extrapolação do valor, que pressupõe relações sociais específicas. Mesmo quando as variantes do trabalho imaterial não estejam diretamente ligadas ao trabalho produtivo, isto é, ao trabalho que valoriza o capital, e exercem funções improdutivas, elas executam papel extremamente necessário ao capital, como é o exemplo do trabalho envolvido da venda de mercadorias (SANTOS, 2013, p. 147).

A partir dos conceitos e definições de EC e IC – através do levantamento bibliográfico, identificamos a perspectiva idealizadora por parte dos teóricos e autores pesquisados sobre o trabalho, ao não considerarem como primordial, as condições objetivas de que dependem os trabalhadores para a realização da atividade criadora do trabalho. Pautando-se pelas teorias do imaterial apresentam um discurso romantizado sobre as novas formas de produzir. Segundo esses teóricos, o trabalho na pós-modernidade é livre de alienação e, não produz mais-valia. Explicam que as atividades intensivas em conhecimento geraram transformações, que deslocaram o foco da produção industrial, para o setor de serviços. Como este se caracterizaria pela produção imaterial, que tem como base, a criatividade, conhecimento e a tecnologia, Gorz (2005) no prefácio de sua obra (O imaterial) argumenta que o trabalho na “sociedade do conhecimento”, assume um outro caráter:

(...) A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia.

(...) A economia do conhecimento que atualmente se propaga é uma forma de capitalismo que procura redefinir suas categorias principais – trabalho, valor e capital – e assim abarcar novos domínios.

(...) O saber que se tornou a fonte mais importante da criação de valor é particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo (GORZ, 2005, p. 11).

Desta forma estaríamos, na visão de Gorz, a caminho de um “comunismo do saber” (sic!) (GORZ, 2005, p. 66). Mais do que nunca é necessário que o sujeito se auto produza a fim de adquirir competências mais vendáveis do que aquelas que ele já possui. A produção do si obrigatória se torna um “*job*” como qualquer outro (GORZ, 2005, p.26). Enfatizam a produção imaterial e destacam o papel da inovação e do empreendedorismo na geração de trabalho e renda na economia globalizada, pouco consideram o caráter histórico das relações sociais de produção sob o domínio capitalista. Os teóricos da Criatividade (ALENCAR, 2010); (OLIVEIRA, 2010); (NOVAES, 2003); (CAMPOS, 2016); (ALENCAR; FLEITH, 2010); (FLEITH, 2019); (BRICENO, 1998); (NAKANO; WECHSLER, 2018) pesquisados convergem com os teóricos do imaterial ao apresentarem de modo mecanicista, utilitarista e instrumentalizado a criatividade, apontando-a como central para a nova economia. Por sua centralidade na economia contemporânea, segundo os teóricos citados faz-se necessário investir em uma nova formação, para tanto a educação deve ser reformada, novos currículos, técnicas e estratégias pedagógicas devem ser adotadas para desenvolver a criatividade nos alunos. Apontam ainda que a escola possui papel de destaque para que se atinja este objetivo. Afirmam que esta, seria a principal preocupação da psicologia e pedagogia atualmente e segundo Filho; Barros (2018) nessas abordagens parte-se apenas da constatação positiva de que, se estamos nesse quadro, e se ele exige criatividade, deve-se ser criativo:

Tampouco se vê uma crítica à ameaça à democracia desse imperativo da criatividade e da inovação, cujo resultado é, contraditoriamente, uma mecanização do ser criativo e ora um esvaziamento das práticas inovadoras, ora sua mecanização mesma, em razão de seu utilitarismo como mercadoria, cujo foco é sempre o indivíduo, isolado da coletividade que o conforma (FILHO; BARROS, 2018, p.1509).

Contrariando essa perspectiva ideal/liberal como já foi dito anteriormente, buscamos na teoria histórico cultural desenvolvida por Vigotski (2009) defender a criatividade em seu sentido ontológico, ou seja, na atividade criadora que é própria da atividade social transformadora a qual Marx (2013) conceituou como trabalho. Atividade esta que humanizou o homem e que o forjou como ser social/integral que interage e transforma seu meio, se projeta para o futuro e encontra na atividade criativa do trabalho ele mesmo. Entender o trabalho como um processo histórico e social (pelas bases do materialismo) nos permite entender que todas as revoluções no modo de produção capitalista, ocorrem pelo desenvolvimento das forças produtivas e, são marcadas pela separação entre os meios de produção e a força de trabalho, como o trabalhador precisa produzir sua existência, não tem outra opção submete-se as regras de produção. Assim atividade de trabalho perde seu caráter ontológico e assume a alienação do ser, estranhamento e falta de sentidos na realização da atividade.

Como o trabalho se realiza sob o domínio da lógica capitalista que tem por marca a expropriação dos meios de produção, a exploração e alienação da força de trabalho são processos permanentes. Além disso, na contemporaneidade a produção do imaterial, coloca a criatividade como um valor mercadológico, desejável pelas empresas (NAKANO; WECHSLER, 2018) e nas atividades de empreendedorismo (CAMPOS, 2016). Através das teorias da criatividade descritas no capítulo II, são prescritos aos sujeitos formas para tornar-se criativos. Centra-se, a busca pelo desenvolvimento da criatividade no indivíduo e o que é individual (sua característica). Desta forma como destacado pelos teóricos da criatividade no capítulo II é possível medir o nível de criatividade e classificar os sujeitos, serão criativos, os que se aproximarem de certos padrões que os qualificam como mais, menos, ou ainda nada criativo. A criatividade que outrora foi enfatizada como característica humana, agora é resumida como atributo de “poucos iluminados”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão bibliográfica conhecemos os principais conceitos e definições da Economia/Indústria Criativa, vimos que a passagem do termo 'indústrias culturais' para o termo 'Indústrias Criativas' buscou trazer uma diferente articulação de sentido, trazendo os negócios para uma configuração positiva, uma saída para a crise econômica. Compreendemos a partir dos resultados que as novas formas de organizar o trabalho na contemporaneidade evidenciam a criatividade o conhecimento e a tecnologia como base de produção da nova indústria e, que para os teóricos do imaterial o trabalho nos moldes tradicionais está superado, pois a sociedade contemporânea está, segundo os teóricos do imaterial, que se referem aos países centrais do capitalismo, orientada por valores pós-materialistas, estes valores visam atender as necessidades de ordem estética, intelectual, ao contrario de uma sociedade baseada na economia industrial que gira em torno da satisfação de necessidades básicas e elementares. Essa é uma visão parcial da realidade. Os teóricos do imaterial não mencionam a divisão internacional do trabalho e, portanto, não discutem as relações de produção e o comercio mundial entre os países de capitalismo central, que compram/consomem bens tangíveis como matéria prima de países de capitalismo periférico, industrializam/agregam valor e, revedem para esses mesmos países?

Entendemos com Santos (2013) como é falaciosa e simplista essa concepção sobre o trabalho na "sociedade do conhecimento", que não problematiza, por exemplo, a expropriação dos meios de produção e distribuição do conhecimento em uma sociedade de classe no capitalismo. Os teóricos do imaterial falam sobre o trabalho explorado, alienado, como algo superado. Adeptos do pós-modernismo, consideram que esse tipo de trabalho acabou e que os trabalhadores na contemporaneidade, agora chamados de criativos ou empreendedores, são proprietários do ativo mais importante para a produção na atualidade: a criatividade. Eles contrapõem a tese de Marx (2013) sobre a importância da propriedade privada

dos meios de produção para a geração do mais valor<sup>13</sup>, pois segundo eles, na contemporaneidade o trabalho tem como principal insumo produtivo o conhecimento e a criatividade e ambos pertencem aos sujeitos, logo, na visão desses teóricos, não haveria mais uma relação de dependência/alienação em função da propriedade privada dos meios de produção. Salientamos, no entanto, que a classe trabalhadora ou grande parte da população é expropriada do saber integral, a educação liberal é instrumentalizada e visa formar para o mercado de trabalho. Ou seja, na chamada “sociedade do conhecimento” o conhecimento não é acessível a todos e, é distribuído de maneira desigual entre as classes.

Os teóricos da criatividade tratam de formas e métodos para tornar os sujeitos criativos, para tanto, recomendam fortemente que a escola esteja aberta a novas práticas e reforme o currículo inserindo as CSE (LIMA, 2018), práticas e métodos flexíveis. Assim deve ser na universidade também, segundo esses teóricos a universidade esta muito voltada para o conhecimento científico e presa em seus processos burocráticos, dessa maneira pouco desenvolve o potencial criativo dos alunos deve então, se voltar para o mercado de trabalho em parceria com a iniciativa privada promovendo a formação das competências necessária para atuar na nova economia (do conhecimento/criativa) do século XXI. O Mapeamento da E.C realizado pela Firjan (2019) e o Plano Nacional da Economia Criativa (2013) apontam que as transformações de ordem tecnológica que altera a forma de produzir na atualidade, colocam em pauta a necessidade da formação de um “novo” perfil de trabalhador. Como vimos, a educação assume a partir dos discursos a incumbência de atender a demanda e produzir os profissionais/criativos para o mercado de trabalho. Essa perspectiva ajuda a compreender as recentes reformas da educação como a reforma do ensino médio, da BNCC e de Programas que atentam contra a autonomia das universidades como o Programa Future-se além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores da Educação Básica e a BNCC da Formação, instituída pela resolução da nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019 (MEC, 2020). Nessa pesquisa, procuramos discutir a perspectiva pós-moderna, idealista e liberal de criatividade, trabalho e educação

---

<sup>13</sup> Ver Marx (2013, p.706).

apresentada no capítulo 1 e 2, nos valendo das perspectivas histórico cultural e histórico materialista que nos ajudaram a interpretar e compreender as dinâmicas sociais na relação concreta de produção da vida. Resgatamos os conceitos de criatividade, trabalho e educação que embasam nossas discussões, a partir de Vigotski (2009) Marx (2013) e Engels (1999) e constatamos a relação entre esses conceitos e o processo ontológico de desenvolvimento social humano.

Entendemos que todas essas transformações contemporâneas, são fruto de um processo histórico de acúmulo de conhecimento e exploração da força de trabalho na organização da produção no sistema capitalista. Discordamos dos autores que afirmam que vivemos em uma “sociedade do conhecimento” como se conhecimento fosse independente do trabalho, e as indústrias e seus trabalhadores algo do passado. Ou ainda, da afirmação de que o trabalho material, da produção de bens materiais, tenha sido superada pelo trabalho imaterial, pela produção intelectual, geradora de bens e serviços na “sociedade do conhecimento”. No século XXI ainda continuamos com as fabricas/indústrias e produções materiais e intelectuais de vida, pois, trabalho imaterial e material fazem parte da mesma atividade criadora/transformadora: a atividade do trabalho que tem como principal objetivo a satisfação das necessidades humanas e produção da própria existência. A mobilização de conhecimento e criatividade como característica do trabalho é parte do ser social que estabelece relação com o meio em que vive e, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e nesse processo transforma a si mesmo (MARX, 2013). Nesse movimento adquire experiências que potencializam a aprendizagem e o desenvolvimento, portanto, o conhecimento socialmente produzido, não é exclusividade no contexto de produção de uma sociedade situada num tempo específico como a pós-modernidade, contemporaneidade, mas sim, é base de desenvolvimento de todas as sociedades humanas ao longo da história. Em relação à educação contemporânea, como vimos, assume a função de reprodutora da ordem social vigente e, por isso não visa à transformação das relações sociais de produção, a distribuição do conhecimento é desigual e não parte do princípio de que são os homens na atividade do trabalho que produzem conhecimento. A nosso ver, o trabalho é assim, categoria fundante na elaboração do conhecimento (o saber é resultado das relações sociais que o homem estabelece na pratica do trabalho). E é

por isso que apontamos como possibilidade concreta de educação, a educação integral/politécnica que vise à formação teórica e prática dos sujeitos sem expropriação/divisão de um ou outro aspecto formativo, mas, ao contrário, que os articule levando à reflexão sobre a urgência na superação da lógica fragmentada da produção e expropriação do saber no modo de produzir capitalista e, resgate o trabalho como princípio educativo concebendo o homem como um sujeito integral.

A FXSSI publicou em seu site um artigo listando as 10 empresas mais valiosas do mundo no ano de 2020, o ramo de negócios dessas empresas, varia entre a indústria de produção de gás e petróleo, refinaria, desenvolvimento de software, eletrônicos, tecnologia da informação, internet, serviço, negócios bancários, negócios de varejo. É possível observar que empresas ligadas as áreas que produzem tecnologia mantiveram-se no ranking entre as marcas mais valiosas como é o caso da Apple, Google, Microsoft. Valorizaram-se e assumiram o top da lista as empresas de e-commerce como Amazon e Alibaba e outras do setor financeiro como VISA e J.P.Morgan .

A partir dessa pesquisa, lemos esses dados e indagamos: o que essas empresas têm em comum? Quem são os países que produzem tecnologia de ponta? Considerando a divisão internacional do trabalho numa economia globalizada, o que cabe aos países como o Brasil, como mostra a história, é se tornarem competitivos do ponto de vista tecnológico para disputar os mercados com os países centrais? Como a educação será criativa emancipadora se a criatividade na denominada “sociedade do conhecimento” é vista como um insumo que deve se tornar um produto e/ou serviço e gerar mais valia? De onde vem os lucros de empresas de crédito e fundos de investimento? São questões que emergem sobre o tema estudado e abrem espaço para novas discussões e futuras pesquisas.

## 5 REFERÊNCIAS

ABPI [Associação Brasileira da Propriedade Intelectual]. **O que é propriedade intelectual**. Disponível em: <https://abpi.org.br/blog/o-que-e-propriedade-intelectual/>, 2020. Acesso em: 15/01/2020

ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de; FLEITH Denise de Souza. Criatividade na educação superior: fatores inibidores. **Avaliação** (Campinas) vol.15 no.2 Sorocaba, 2010.

BARROCO, SHIMA MARI SONIA; TULESKI, CALVO SILVANA. **Vigotski: o homem cultural e seus processos criativos. Psicologia da Educação**, São Paulo, 24, 1º sem. de 2007, p. 15-33.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Portal Mec De Educação, 2019. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CNE-CEB-002-2019-12-20.pdf> Acesso em 31/01/2020.

BELL, D. **El advenimiento de la sociedad post-industrial: un intento de prognosis social**. 6ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

BORNIGER, Camila. **‘A criatividade no processo produtivo das indústrias do segmento calçadista da moda’**. Mestrado Profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2016.

BREDOW, Anelise. **Análise do discurso artístico na contemporaneidade**. Mestrado Profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2016.

CABRAL, S. R. **Carreira empreendedora na economia criativa: os honoráveis mestres de artes marciais orientais**. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2015.

CAMPOS, Héctor Montiel. O papel da criatividade na mediação do relacionamento entre a paixão empreendedora e a prontidão empreendedora. **Revista brasileira de gestão de negócios**. Set 2016, vol.18, no.61, p.457-472.

CARVALHO, L. **Economia Criativa: acesso e distribuição de bens culturais**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012. 698 p.

CIAVATTA F., M. A. **O trabalho como princípio educativo - Uma investigação teórico-metodológica** (1930-1960). Rio de Janeiro: PUC-RJ, (Tese de Doutorado em Educação), 1990.

COSTA, Caroline. **Conexão latino-nórdica**: uma proposta de colaboração audiovisual educativa entre as universidades Feevale e Håme University of Applied Sciences – hamk. Mestrado Profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2016.

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE. 2009. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 6a ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUARTE, Briceno Efrain. Criatividade como um valor no processo educativo. **Psicologia Escolar e Educacional**. (Impr.), 1998, vol.2, no.1, p.43-51.

ENGELS, FRIEDRICH. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Versão digital  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>

FLEITH Denise de Souza. The role of creativity in graduate education according to students and professors. **Estudos de psicologia**. (Campinas) vol.36 Campinas, 2019.

FXSSI. As empresas mais valiosas do mundo. Disponível em:  
<https://pt.fxssi.com/empresas-mais-valiosas-mundo>. Acesso em: 27/01/2020 .....

GARCIA, Elisa Costa. **Trabalho e educação na Indústria Criativa**. Relatório PIBIC 2017/2018. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: do conhecimento a ação política. Conferência promovida pelo Presidente da República. Belém, 2005.

[https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf)

JUNIOR, Tessarini Geraldo; SALTORATO, Patricia . Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistêmica da literatura. **Revista Produção Online**. Florianópolis, SC, v18, n. 2, p. 743-769, 2018.

LESSA, Sergio. **Trabalho Imaterial**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2009. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ.

LIMA, Lígia Cristina Poffo. **Competências socioemocionais na Educação**: um estudo sobre a sociabilidade requerida pelo capital no século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia. Florianópolis, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Boitempo, São Paulo, 2013. Versão digital <file:///C:/Users/Paulo%20Alencar/Downloads/O%20capital%20-%20Livro%201.pdf>

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed, São Paulo. Boitempo, 2008.

MOTTA, da Cardoso Vania. A questão da função social da educação no novo milênio. **Boletim Técnico Senac: a Revista da Educação Profissional**. Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago. 2007.

NAKANO, Tatiana de Cassia and WECHSLER, Solange Muglia Creativity and innovation: Skills for the 21st Century. **Estudos de Psicologia**. (Campinas), Sept 2018, vol.35, no. 3, p.237-246.

NETO, JOSÉ PAULO; BRAZ, MARCELO. **Economia Política**: uma introdução crítica. Biblioteca básica de serviços social; v. 1, Cortez, São Paulo, 2006.

NOVAES, Maria Helena. O que se espera de uma educação criativa no futuro. **Psicologia Escolar Educacional**. Dez 2003, vol.7, no. 2, p.155-160.

NUNES. Margarete. F **A dança como potencializador na indústria criativa na cidade de novo hamburgo – RS**. Mestrado Profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2016.

OLIVEIRA , Artur Bruno Fonseca de; LIMA, Ana Ignez Belém . Vigotski e os Processos Criativos de Professores ante a Realidade Atual. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/CE – Brasil, 2017. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1399-1419, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, S. P. **Criatividade nas Indústrias Criativas**: estudo de caso em uma organização do setor de tecnologia da informação e comunicação com ênfase na educação. 2016. 139 p. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Programa de Mestrado Profissional em Empreendedorismo. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, ZÉLIA MARIA FREIRE DE. **Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo**. Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, DF, Brasil.

PADILHA, F. G. M. **Indústria de livros no Brasil**: evolução e concentração no período de 2000 a 2007. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

**Plano da Secretaria da Economia Criativa:** políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Ministério da Cultura, p.148. Brasília, 2011

PEREIRA, J. A. G. **Estudo dos fatores de promoção, estímulo e apoio à criatividade e o desempenho inovador das indústrias da Região Sul do Brasil.** 2014. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Administração, USP - Universidade de São Paulo, 2014.

PEREIRA, M. S. **“Onde está a criatividade?”**. Trabalho publicado no ambiente EAD em software livre que faz parte do projeto UFRGS de Educação à Distância, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998, Brasil.

QUEIROZ L.L. **Concepções de aprendizagem em organizações criativas:** um estudo em companhias cearenses de dança. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2015.

RASLAN Filho, Gilson Soares and Barros, Janaina Visibeli **Criatividade na Escola: emancipação ou instrumentalização? Educação & Realidade.** Out 2018, vol.43, no.4, p.1499-1514.

SANTOS, A. L. M. F. **Simulação e otimização para o problema integrado de alocação de recursos humanos especialistas e sequenciamento de tarefas em uma indústria criativa.** 2017. 107 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

SANTOS, Vinicius Oliveira. O pensamento de Karl Marx e o trabalho imaterial: elementos introdutórios para o debate. ABET v. XI, n. 1, jan/jun de 2012.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx:** semelhanças ocultas e nexos necessários. 1.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHAAB, Rafael. **Estudo das práticas de gestão do conhecimento em atividades de inovação de produtos e serviços em uma empresa de tecnologia da informação.** Mestrado Profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2016.

SHIROMA, Eneida. **Estudos sobre a Indústria Criativa:** revelações do trabalho concreto na produção de intangíveis. Trabalho apresentado na XII Reunião da ANPEd SUL. Porto Alegre:UFRGS, 2018

SILVA, Henrique Jonas da. **The spatial configuration of creative occupations in the Brazilian Southern States.** 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

SOUSA, Rafaela. "**Terceira Revolução Industrial**"; *Brasil Escola*. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.brhttps://brasilecola.uol.com.br/geografia/terceira-revolucao-industrial.htm>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

STARTSE.Top 15 Global Brands Ranking . Disponível em <https://www.facebook.com/startseoficial/videos/as-15-marcas-mais-valiosas-do-mundo-ao-longo-dos-anos/1120348728127256/> Acesso em: 20/01/2020

STOFFEL. **Dimensões e indicadores da capacidade criativa em cidades**. Mestrado profissional em Indústria Criativa. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2017.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, 7 reimpressão. <https://adm2016sjcampos.files.wordpress.com/2017/03/gestao-da-inovacao-paulo-tigre.pdf>

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **La Imaginación y el Arte em la Infância**. 6. ed. Madri: Akal, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

ZORZAL, Marcos Freisleben; BASSO, Itacy Salgado. **Por uma ontologia da criatividade: uma abordagem histórico-cultural**. In: reunião anual da ANPED, 24., 2001, Caxambu. *Anais*.